

RELATÓRIO TÉCNICO • 2023

DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DMEC

ORGANIZADORES:

**Me. Antoniclebio Cavalcante Eça
Me. Vilma Aurea Rodrigues
Dra. Jussara Tânia Silva Moreira**



RELATÓRIO TÉCNICO • 2023

DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DMEC

Vitória da Conquista – Bahia
2024

AUTORES ORGANIZADORES



ANTONICLEBIO CAVALCANTE EÇA

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB), Especialista em Docência do Ensino Superior e Mídias na Educação (UESB). Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Educação Básica, Coordenador Territorial de Identidade do Formacampo-Bahia. Atua na função de Secretário Executivo do CME/Ibirataia-Ba. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática, Formação e Trabalho Docente - DIFORT/CNPq e Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC/CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UESB.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4122754790927748>

E-mail: antoniclebio@hotmail.com



VILMA AUREA RODRIGUES

Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Especialista em Alfabetização e Coordenação Pedagógica pela FACUMINAS, Graduada em Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. Atua como professora dos anos iniciais e finais do ensino fundamental na Rede Pública de Ensino. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC/UESB) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Legados, Africanos, Relações Étnico – Raciais Contemporâneas e Legislação Educacional (GEPER/UESB/CNPq).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9183477330249662>

E-mail: vilmaurea@gmail.com



JUSSARA TÂNIA SILVA MOREIRA

Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC /SP); Psicopedagoga e Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-Bahia). Professora da área de Conhecimento: Política e Legislação da Educação, Coordenadora do Projeto de Extensão Diálogos Pedagógicos, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz ; Formadora do Projeto Extensionista Formacampo, Grupo V - Matriz Curricular do Campo e Pesquisadora do NUGGET Vinculado a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3230162728185084>

E-mail: jtsmoreira@uesc.br

COORDENAÇÃO GERAL/2024

Coordenação: Arlete Ramos dos Santos
Secretária geral: Valéria Souza Lima Brito
Assessor técnico: Ricardo Alexandre Castro

APOIO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE (GPEMDECC)

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente: Anderson Passos dos Santos

PARCERIAS NA FORMAÇÃO

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Coordenação: Jussara Tânia Moreira, Emerson Antonio Lucena e
Julia Maria da Silva Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Coordenação: Terciana Vidal Moura

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)

Coordenação: Edna de Souza Moreira e Luís Geraldo Guimarães

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED/UESB

Coordenação: Cláudio Pinto Nunes
Arlete Ramos dos Santos

COORDENADORES DE GRUPO DE TRABALHO (GTs)

GT1- Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC

Antoniclebio Cavalcante Eça
Arlete Ramos dos Santos
Niltânia Brito Oliveira

GT2- Projeto Político Pedagógico -PPP

Antoniél dos Santos Peixoto
Raquel da Costa Barbosa
Edna de Souza Moreira
Luís Geraldo Guimarães
Terciana Vidal Moura

GT3- Movimentos Sociais e Sindicais

Queziane Martins da Cruz
Vandique Martiniano Campos Meira
Emerson Antonio Lucena

GT4- Educação Integral em Tempo Integral

Higro Souza Silva
Julia Maria da Silva Oliveira

GT5- Matriz Curricular da Educação do Campo

Vilma Aurea Rodrigues
Edjaldo Vieira dos Santos
Jussara Tânia Moreira

EQUIPE DE COORDENADORES TERRITORIAIS

Ana Elisa Antunes de Oliveira
Ana Karina Porto Viana
Antoniclebio Cavalcante Eça
Antoniél dos Santos Peixoto
Auzineide Pessoa
Cláudia Batista da Silva
Edjaldo Vieira dos Santos
Fabiano Neves Silva
Geysa Novais Viana Matias
Hete Teixeira Leal
Higro Souza Silva
Inaiara Alves Rolim
Irla de Jesus Macêdo
Isaías Teixeira dos Santos
Izani Daniela Reis G. Rodrigues
Jamile de Souza Soares
Jaqueline Braga Morais Cajaiba
Jaqueline de Souza Barreto Santos
Josleide Cristina de Oliveira Mattos
Liliane Lima Silva
Liliane Soares
Lisângela Silva Lima
Lizandra Silva Lima
Maisa Dias Brandão
Maisa Rose Serra de Almeida
Marilúcia de Jesus Santana Santos
Niltânia Brito Oliveira
Queziane Martins da Cruz
Raquel da Costa Barbosa
Regiane Dias Cardoso
Renata Nunes Duarte Dias
Ruth de Oliveira Sousa
Tadma Lays Dutra Gomes
Tihara Rodrigues Pereira
Valéria Souza Lima Brito
Vandique Martiniano Campos Meira
Vilma Áurea Rodrigues
Yure Oliveira Santos

EQUIPE TÉCNICA

Davi Alves Guimarães – bolsista PROEX
Emilly Karine Barbosa Mota - voluntária
Gustavo Santos Fernandes - bolsista PROEX
Maria Heloísa Oliveira Araújo – Bolsista PROEX
Leandro Viana Souto – voluntário
Luciana Batista de Matos – bolsista de IC
Maiane Souza Freires - voluntária
Maria Natiele Monteiro Santos - bolsista IC
Ramon Correia Rocha - bolsista PROEX
Winner Santos - voluntário



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE SANTA CRUZ - UESC**



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



**Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia**



R321

Relatório técnico 2023. Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC / Orgs. Antoniclebio Cavalcante Eça, Vilma Aurea Rodrigues, Jussara Tânia Silva Moreira; Coord. Arlete Ramos dos Santos. - Vitória da Conquista-Ba, 2024.

60p.

Referência: F. 59 - 60

1.Educação do Campo. 2. Diretrizes Municipais - Educação do Campo - DMEC. 3. FORMACAMPO. I. Eça, Antoniclebio Cavalcante. II. Rodrigues, Vilma Aurea. III. Moreira, Jussara Tânia Silva. V. Santos, Arlete Ramos dos VI. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. VII. T.

CDD:
370.19346

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA



A política de educação e formação são elementos considerados intrínsecos e correlacionado. Por isso, articular os espaços, tempo e ação entre professor, escola, o campo e a sociedade vinculado aos meios de produção de vida e trabalho, além de ser um paradigma, exige-se esforços empenhados e materializados por meio dos movimentos de lutas pela terra e pelos direitos da educação e formação, empreendida pela população do e no campo (Eça; Santos, 2023 p. 263).

APRESENTAÇÃO

O Programa Formação de Educadores e Educadoras do Campo – Formacampo, tem como propósito realizar atividades de extensão, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, visando promover a formação continuada dos profissionais que atuam nas unidades escolares do campo e situadas na cidade que recebem os estudantes do campo nos diversos Municípios pertencentes aos Territórios de Identidade Baianos.

Nessa ação de formação continuada buscou-se a integração do ensino, pesquisa e extensão, por meio de atividades na modalidade síncronas e assíncronas realizadas com a participação dos membros integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC, juntamente com a Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, União Nacional de Conselheiros Municipais de Educação/UNCME e União dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME, a qual oportunizou a todos os cursistas inscritos, a ampliação dos conhecimentos acerca das temáticas sobre a Educação do/no Campo.

O Programa Formacampo, buscou ampliar a proposta para o ano letivo de 2023, com formação continuada para os professores da educação do campo, além de formação específica para gestores escolares, coordenadores pedagógicos, conselheiros municipais e representantes dos movimentos sociais e sindicais, envolvendo toda a rede ou sistema de ensino dos municípios baianos, ainda não atendidos, dividindo os territórios de identidade em dois grandes blocos, compreendido entre:

Grupo 1 – Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC

1A – Diretrizes Iniciais compreendidas por municípios de 11 Territórios de Identidade que participaram do Formacampo em 2022 na elaboração dos Projetos Político Pedagógico das Escolas do Campo, e que continuarão participando em 2023 com o objetivo de construir as Diretrizes Municipais da Educação do/no Campo - DMEC;

1B – Diretrizes Continuadas que são compreendidas pelos municípios de 07 Territórios de Identidade que participaram do Formacampo em 2022, e desses territórios, 06 continuam

participando em 2023 com o objetivo de (re) elaborar as Diretrizes Municipais da Educação do/no Campo - DMEC;

Grupo 2 – Projeto Político Pedagógico – PPP, compreendido pelos municípios de 15 Territórios de Identidade da Bahia que entraram para o Programa Formacampo através da assinatura do termo de adesão no ano 2023, com o propósito de elaborar o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo.

Dentre os dois grupos apontados, destacamos para o presente Relatório Técnico, o Grupo 1, das **diretrizes iniciais** nos municípios de onze territórios: Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Piemonte do Paraguaçu (PPP/DMEC), Portal do Sertão, Recôncavo (PPP/DMEC), Sertão Produtivo. E das **diretrizes continuadas** nos municípios de seis territórios: Sudoeste Baiano; Vale do Jequiriçá; Velho Chico; Médio Sudoeste; Litoral Sul; Médio Rio de Contas, orientando os gestores escolares, coordenadores municipais e pedagógicos, professores, conselheiros e membros das comissões ou comitês especiais da educação do campo, pela qual, desenvolvemos diversas atividades de formação, apresentando eixos estruturantes como sugestão e subsídios para fortalecimento da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo, que vivem e convivem nos Territórios de Identidade da Bahia.

Para realização desse trabalho utilizamos alguns procedimentos metodológicos de natureza qualitativa, através de pesquisa participante, bibliográfica e documental, uma vez que, pensamos *a priori* nos encontros formativos a fim de investigar quais as demandas de formação para educadores e educadoras do campo, e, posteriormente, na realização das oficinas planejada com base no que fora diagnosticado.

Portanto, a formação é um dos maiores desafios que se volta constantemente para busca da necessária atualização de saberes e para a habilitação adequada dos profissionais da educação tanto do Campo como da Cidade, e nessa perspectiva, as Universidades têm por fundamental papel no acompanhamento das mudanças/transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, com o desenvolvimento tecnológico, diante da adequação do espaço, tempo e movimentos sociais.

Antony, Vilma Áurea e Jussara
Coordenadores Territoriais do Formacampo - Grupo 1



SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1. CONCEITUAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E SEUS MUNICÍPIOS BAIANOS	11
1.1 Perfil dos participantes/cursistas inscritos.....	15
1.2 Parceria dos Conselhos Municipais de Educação.....	16
1.3 Representações dos Membros das Comissões e Comitês Especiais das DMEC.....	17
2. PLANEJAMENTO, AÇÃO E EXECUÇÃO DAS OFICINAS E ENCONTROS FORMATIVOS:.....	19
3. ENCONTROS E ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – DMEC.....	25
3.1 Eixos Temáticos e Estratégicos das DMEC	26
3.1.1 A Educação do/no Campo	27
3.1.2 Organização do Trabalho Escolar.....	29
3.1.3 Organização Curricular da Educação do/no Campo	32
3.1.4 Educação para a Diversidade	34
3.1.5 Recursos Financeiros e o Financiamento para a Educação do/no Campo.....	36
4. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS EM 2023.....	40
5. OS ENCONTROS TERRITORIAIS BAIANOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	48
5.1 O 5º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo - Presencial.....	48
5.1.1 Círculo de Diálogos sobre Diretrizes/Resoluções Municipais da Educação do Campo ...	50
5.2 O 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo – On-line	53
.....	55
.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	57



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O propósito de implementar a Política de Educação Básica do Campo, instituída por meio do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 e da Resolução CNE/CEB nº 01 de 3 de abril de 2002, baseia-se em um conjunto de princípios e de procedimentos que objetivam atender a população campesina nas mais variadas formas de produção da vida e trabalho seja do homem ou da mulher que vivem na terra, na água e na floresta, como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados ou não da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, assim também os povos e as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, caiçaras, caboclos, ribeirinhos) e demais povos que produzam condições materiais de existência a partir das atividades no meio rural.

A implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, instituídas por meio da publicação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, em termos de Educação em nosso país representou um avanço bastante significativo, uma vez que, pela primeira vez na história da educação brasileira é produzido um documento oficial que se propõe a direcionar, orientar e organizar de forma legal as escolas do campo.

Diante dessa configuração política que expressa e promove uma ação educacional nacional oriunda de uma dívida histórica na sociedade brasileira, no Estado da Bahia, o Programa de Formação de Educadores do Campo – Formacampo, no intuito de incentivar através da formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas do campo e que atendem aos estudantes do campo na cidade, lança para os sistemas e redes de ensino dos municípios pertencentes aos Territórios de Identidade na Bahia, por meio do termo de adesão, uma proposta de construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, com participação e envolvimento de todas/os que fazem parte da comunidade local e escolar, dentre eles, os coordenadores municipais, professores e gestores, os conselhos municipais de educação, movimentos sociais e representantes da sociedade civil numa ação política-democrática.

Considerada uma modalidade de ensino abrangente, a educação do campo visa à formação do homem/mulher do campo e a sua valorização no que diz respeito à ambiência, espaço, tempo e modelo de currículo escolar próprio, que mobilize o desenvolvimento das



atividades campesinas envolvendo toda a comunidade e família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a finalidade da Educação do Campo é de oferecer uma educação escolar específica associada aos meios de produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo, que possa desenvolver ações conjuntas/coletivas na comunidade escolar, com a perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem e estimular a construção de relações baseadas no respeito, buscando valorizar os brasileiros que vivem do/no campo, representada pelos movimentos de luta e organização expressas a partir de uma proposta de educação construída por eles próprios.

Este documento de Orientação para a Construção ou (re) Elaboração das DMEC, alinha-se com as políticas educacionais das Secretarias Municipais de Educação junto ao respectivo Plano Municipal de Educação voltadas para a população do campo, articulada com o Conselho Municipal de Educação, associadas aos marcos normativos da Educação do Campo e aos documentos regulatórios da Educação Pública do Estado da Bahia, visando a orientar o trabalho pedagógico das unidades escolares do Campo.

Portanto, o Caderno de Orientações para Construção ou (re) Elaboração das DMEC, reafirma o compromisso social e a decisão política de uma gestão democrática de natureza participativa para melhoria da qualidade da educação, com a necessária reflexão sobre o processo educacional e a relação com as escolas do campo nas atividades-fim, buscando conhecimento, sobretudo, o resgate dos valores da cultura campesina.

1. CONCEITUAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E SEUS MUNICÍPIOS BAIANOS

O conceito de Território de Identidade advém do processo iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com toda a discussão para composição dos territórios rurais a partir de 2003. Na Bahia, naquela ocasião, após diversos encontros e discussões entre atores sociais e gestores públicos, formaram-se 27 territórios rurais que, posteriormente, vieram a compor os 27 Territórios de Identidade Baianos.

Dessa forma, o perfil dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia tem objetivo específico de elaboração das características socioeconômica e ambiental dos municípios pertencentes ao território da Bahia, tentando identificar suas principais potencialidades e vulnerabilidades, junto ao esforço para conjugar os dados, informações e aproximações de



cada território de identidade atendendo a demanda das cidades, dos povoados, distritos, vilas e demais localidades que compõem cada município, e assim, subsidiar o planejamento estratégico estadual.

Para orientar a construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, o Programa Formacampo, destacou 17 (dezesete) territórios baianos, compostas pelo primeiro grupo denominado de diretrizes Iniciais formada por municípios de 11 Territórios de Identidade, compreendida entre a Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Piemonte do Paraguaçu (PPP/DMEC), Portal do Sertão, Recôncavo (PPP/DMEC) e Sertão Produtivo. O segundo grupo denominado de Diretrizes Continuadas, formada por municípios dos 06 Territórios de Identidade baianos, sendo eles: Sudoeste Baiano; Vale do Jequiçá; Velho Chico; Médio Sudoeste; Litoral Sul e Médio Rio de Contas.

O propósito dos dois grupos foi para orientação por meio de encontros e oficinas, desenvolvendo ações e atividades de formação continuada e específica de coordenadores municipais, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, conselheiros municipais e membros das comissões/comitês especiais, apresentando eixos estruturantes como sugestão e subsídios para fortalecimento da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo, que vivem e convivem nos Territórios de Identidade da Bahia.

Os municípios que participaram das diretrizes iniciais foram distribuídos, baseada no espaço geográfico e sua localização, conforme disposto no quadro 1:

Quadro 1 – Diretrizes Iniciais
Territórios de Identidade, Coordenador Territorial, Municípios e Cursistas inscritos

TERRITÓRIO IDENTIDADE	COORDENADOR TERRITORIAL	ADESÃO MUNICÍPIOS	QUANTIDADE		
			Municípios Ativos	Municípios Inativos	Total de cursistas/inscritos
Bacia do Jacuípe	Renata Duarte Geysa Matias Queziane Cruz	09	09	00	319
Bacia do Paramirim	Maísa Brandão Ruth de O. Sousa	08	06	02	400
Baixo Sul	Higro Souza	12	10	02	1.248

TERRITÓRIO IDENTIDADE	COORDENADOR TERRITORIAL	ADESÃO MUNICÍPIOS	QUANTIDADE		
			Municípios Ativos	Municípios Inativos	Total de cursistas/inscritos
Chapada Diamantina	Claudia Batista Thiara Rodrigues	24	13	11	423
Costa do Descobrimento	Carlos Viana	08	06	02	283
Extremo Sul	Lisangela Lisandra	04	04	00	342
Irecê	Vilma Áurea Rodrigues	10	06	04	502
Portal do Sertão	Regiane Izaní Daniela	17	14	03	490
Recôncavo	Antoniél Peixoto Marilúcia Santos	19	10	09	695
Piemonte do Paraguaçu	Valéria Lima Brito Leticia Andrade	08	08	00	722
Sertão Produtivo	Jamile Souza Soares	09	04	05	492
TOTAL DE TERRITÓRIOS	COORDENADORES TERRITORIAIS	TOTAL GERAL			
11	18	128	90	38	5.916

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

Ao analisar o quadro 1, percebe-se que dos 128 municípios que fizeram a adesão para as diretrizes iniciais, 90 permaneceram ativos no Programa Formação de Educadores do Campo – Formacampo, o que significa que mais de 70% dos municípios iniciaram o processo de (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC.

É importante destacar que o processo que envolve o movimento de construção inicial das DMEC parte dos debates e das reflexões crítica teórico-metodológicas de bases legais e epistemológicas que farão parte do documento, possibilitando aos municípios meios de conhecimentos organizados e sistematizados que o legitimam.

Além dessa premissa, observa-se pelo quadro I que, 5.916 educadores fizeram parte do coletivo que discutiram a Educação do Campo, do ponto de vista do fortalecimento do

processo de ensino e aprendizagem, tendo como base a produção de vida dos sujeitos envolvidos nesta modalidade de ensino.

Em seguida apresentamos o quadro 2, compreendida como grupo das Diretrizes Continuadas para (re) elaboração do documento das DMEC.

**Quadro 2 – Diretrizes Continuadas
Territórios de Identidade, Adesão dos Municípios e Cursistas inscritos**

TERRITÓRIO IDENTIDADE	COORDENADORES TERRITORIAIS	ADESÃO MUNICÍPIOS	QUANTIDADE		
			Municípios Ativos	Municípios Inativos	Total de Cursistas Inscritos
Sudoeste Baiano	Poliana R. Souza Silva Eliane N. dos Santos	15	13	02	695
Vale do Jequiriçá	Antoniél dos S. Peixoto Railda dos Santos Sousa	15	12	03	623
Velho Chico	Cleber A. Cardoso Queziane M. da Cruz	14	14	00	977
Médio Sudoeste	Yure Oliveira Santos	04	04	00	39
Litoral Sul	Edjaldo Vieira dos Santos	16	16	00	616
Médio Rio de Contas	Antony Eça	09	09	00	289
TOTAL DE TERRITÓRIOS	TOTAL DE COORDENADORES TERRITORIAIS	TOTAL DE TERMO DE ADESÃO	TOTAL DE PARTICIPANTES CURSISTAS		
06	09	73	68	05	3.239

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

O quadro acima demonstra que dentre os 06 (seis) territórios de identidade, 73 (setenta e três) municípios firmaram compromisso através da assinatura do Termo de Adesão para (re) elaboração das DMEC, indicando um coordenador técnico municipal ligado à educação do Campo para incentivar junto aos educadores do Campo a formação continuada. Destes municípios 68 (sessenta e oito) permaneceram ativos na reelaboração do documento, enquanto que, 05 (cinco) desistiram, sendo então considerado inativos no processo. Portanto, conforme aponta o quadro 2, totalizamos cerca de 3.239 (três mil

duzentos e trinta e nove) cursistas inscritos e participantes do processo formativo para reelaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo.

Importante destacar que o total de inscritos apontadas tanto nas diretrizes iniciais, como continuadas, estão inseridos os coordenadores municipais e pedagógicos, gestores escolares e professores, conselheiros municipais de educação e membros representantes da comissão especial para educação do campo dos respectivos municípios, totalizando no geral cerca de 9.155 (nove mil, cento e cinquenta e cinco) participantes inscritos no Grupo 1 das DMEC.

Os encontros de formação específica foram conduzidos por listagens de presenças em todas as lives e reuniões, com eixos temáticos relevantes, via plataforma *Meet*, canal *Gepemdecc* e TV *UNDIME*, além de oficinas para orientações e sugestões das Resoluções das Diretrizes Municipais da Educação do Campo.

1.1 Perfil dos participantes/cursistas inscritos

O perfil dos participantes inscritos, a qual denominamos de parceiros/cursistas são, na grande maioria, profissionais que atuam diretamente na educação do campo e cidade, sendo eles, os professores, gestores escolares, coordenadores e técnicos pedagógicos e os coordenadores municipais, que possuem importante papel de multiplicar as orientações para os demais educadores. Para além desses inscritos, temos a participação de cursistas, representantes dos movimentos sociais, das comissões/comitês e de conselhos municipais de educação que expressam interesse em desenvolver junto ao órgão do sistema municipal e suas redes de ensino o fundamental papel de legitimar através de atos normativos sobre a educação, deliberando espaços e mobilização das comissões e comitês com respectivos membros, numa ação conjunta para emissão de pareceres e resoluções a serem publicados no Diário Oficial dos municípios.

Um dos compromissos apontados e assumidos pelos municípios foi a indicação e disponibilização de um(a) técnico(a) para desenvolver junto aos educadores do/no Campo e que atuam na cidade com estudantes do campo, articulando e coordenando as ações de implementação do Programa Formacampo. O coordenador municipal indicado no termo de adesão tem a função de repassar todo o material de estudo e as atividades temáticas, disponibilizado pelos coordenadores territoriais e publicado do site do Formacampo com

o intuito de articular e mobilizar para que todos os educadores participem ativamente do processo formativo e contínuo da construção, elaboração ou (re)elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo e Projetos Políticos Pedagógicos.

Desse modo, garante-se que o profissional indicado pela Secretaria Municipal de Educação esteja em consonância com o perfil descrito nos Termos de Adesão, que segundo Eça (2022 p. 103), a função do coordenador geralmente está ligada e centrada na “gestão das atividades pedagógicas educativas” desenvolvidas na unidade escolar juntamente com a gestão junto às outras dimensões da escola.

Por esse caminho, seu papel é de coordenar e supervisionar as ações educacionais relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, primando pela qualidade do trabalho pedagógico assumido pelos professores dentro da sala de aula, bem como as relações que se estabelecem entre eles e com os estudantes no ambiente escolar.

Nesse sentido, o papel do Coordenador Municipal ou técnico da rede municipal de cada município, baseado nas orientações normativas, está intimamente ligado ao trabalho pedagógico da equipe escolar e, suas atividades transcorrem na efetivação de um trabalho coletivo, seja da construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo ou da implementação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, com plano/planejamento de ações que promovam o engajamento de toda comunidade escolar na articulação de projeções tendo como objetivo de integração da unidade educacional à comunidade local e aos equipamentos de apoio social.

1.2 Parceria dos Conselhos Municipais de Educação

O Conselho Municipal de Educação faz parte de um dos órgãos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino que deve propor em sua base ou como princípio a gestão democrática de forma participativa e compartilhada, imbuídas de funções e atribuições de ordem normativas, deliberativas, consultivas, propositivas, fiscalizadoras, mobilizadoras e de controle social, assim regulamentadas em regimento próprio, de forma a assegurar a participação de toda sociedade civil organizada.

Nessa perspectiva, deve constituir-se como importante interlocutor com o órgão da Secretaria de Educação do seu respectivo Município, juntamente com a sociedade civil, com finalidades específicas de proposição, ação, implementação e acompanhamento das



políticas educacionais, especialmente no que se refere a educação municipal das escolas do campo.

Dada as funções e atribuições do CME, está a articulação das propostas pedagógicas e curriculares materializadas nas Diretrizes Municipais da Educação do Campo, ou seja, objeto que o longo do processo de formação e orientação de construção e (re) elaboração desse documento normativo que cabe ao respectivo órgão do sistema de ensino, fomentar e mobilizar para uma discussão junto aos membros da comissão e comitês na emissão de pareceres e resoluções no intuito de efetivar mudanças significativas no cenário educativo, objetivando a melhoria e qualidade da oferta da educação básica das populações do campo no âmbito do Município.

Dessa configuração, a ação de mobilização deve partir do interesse dos presidentes dos conselhos municipais de educação, onde, na condição de parceiros, colaboradores e cursistas, se dar na inscrição via link disponibilizado para a formação continuada conforme a proposta pelo Formacampo.

1.3 Representações dos Membros das Comissões e Comitês Especiais das DMEC

O Programa Formacampo, objetivando o fortalecimento da educação do/no campo, iniciada as etapas formativas, consideramos que essa ação não deveria acontecer de forma solitária ou isolada e, que assim necessitaria de representantes dos movimentos sociais e sindicais, além de colaboradores para juntos aos conselhos e coordenadores municipais, propor ideias, sugestões e decisões durante o processo de construção do documento.

Assim, sugerindo aos municípios participantes do Programa, a constituição de uma Comissão ou Comitê Especial para essa construção, elaboração/reelaboração participativa das Diretrizes Municipais da Educação do Campo em direção à articulação local para que pudéssemos elencar conjuntamente as políticas públicas de fortalecimento e consolidação da Educação do Campo.

Além de participar conosco do processo de formação continuada, essa constituição da Comissão ou Comitê Especial, com devida certificação da UESB, também se encarregará de se articular localmente para as ações e deliberações necessárias, contribuindo para a efetividade de políticas públicas educacionais que considerem os sujeitos do campo, suas identidades, autorias e empoderamento, permitindo enfrentar desafios, que vão desde o



fechamento das escolas do campo, até as discussões sobre currículo escolar, formação de professores, transporte escolar, infraestrutura e condições de funcionamento das Escolas situadas no Campo, além de tantas outras questões que envolvem as políticas públicas para o atendimento às populações camponesas.

Consideramos importante a atuação dessas comissões ou comitês especiais em conjunto e de forma articulada com os demais cursistas inscritos no cumprimento de um dos objetivos do Formacampo, que é a criação do Fórum Municipal de Educação do Campo, como instância colegiada para o fortalecimento da Educação do Campo no âmbito dos municípios e, conforme deliberado anteriormente no encontro realizado em 25 de abril de 2023 (reunião online), com todos os coordenadores municipais, a qual encaminhamos uma Minuta de Portaria (apenas como referência), a ser instituída e publicada pelas respectivas Secretarias Municipais de Educação, visando a instalação oficial da Comissão ou Comitê especial, acima referida.

Nesse processo de composição de comissão ou comitês, foram enviadas por e-mail ao Programa Formacampo, portarias publicadas pelos órgãos das Secretarias de Educação dos Municípios, reafirmando a participação dos membros/parceiros. A Comissão ou comitê Especial de que trata esta Portaria, tiveram representatividade de diversos segmentos da sociedade civil, conforme apontado abaixo:

- a) Representação da Secretaria Municipal de Educação
- b) Representação do Conselho Municipal de Educação
- c) Representação de Professores do Campo
- d) Representação de Discentes do Campo
- e) Representação de Gestores/Coordenadores do Campo
- f) Representação de Movimentos Sociais e Sindicais.

Dessa maneira, o propósito da atuação dos membros/representantes é de participar dos encontros e das atividades formativas promovidas pelos mediadores palestrantes do Grupo 1 do Programa Formacampo, viabilizando o aprofundamento teórico-prático nas questões relacionadas a concepções e práticas de atendimento às populações do Campo e essencialmente para construção ou reelaboração participativa das Diretrizes Municipais da Educação do Campo, com acompanhamento das Políticas de Educação para as Escolas



do/no Campo por um período de seis meses, iniciadas em 28 de abril de 2023 até dia 20 de dezembro de 2023, juntamente aos órgãos da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, articulado com os coordenadores territoriais do Formacampo, que foram os responsáveis pelo processo formativo.

2. PLANEJAMENTO, AÇÃO E EXECUÇÃO DAS OFICINAS E ENCONTROS FORMATIVOS:

O Plano de Trabalho, além de ser considerada uma ferramenta para organizar e sistematizar dados e informações, pode direcionar uma atividade de formação que está diretamente relacionada ao alcance de propósitos que desejamos atingir. Por isso, é um esboço de um conjunto de objetivos e procedimentos com as quais a equipe de trabalho destrincha durante o processo de realização de uma ação ou de um projeto, transformando em realidades possíveis através de seus resultados.

A supracitada estrutura do plano/planejamento de ação, produz uma demanda aos sujeitos envolvidos, no sentido de que a socialização das atividades e ações que compõem o programa garantindo um fluxo contínuo entre a pesquisa, ensino e extensão, e ainda, ampliação da produção de conhecimento pelos educadores e profissionais da educação que atuam na modalidade de ensino do campo.

Essa ação é uma decisão política que passa necessariamente pelo cumprimento do que prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, bem como nos ordenamentos de leis específicas da educação que trata da colaboração da sociedade para a promoção da educação e do ensino visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o universo do trabalho, conforme abordada na reunião de apresentação.

Em qualquer ação para projeção e execução é necessário de um planejamento que deve iniciar-se a partir de ideias e sugestões, e isso só é possível porque o ser humano é dotado de imaginação que pode se transformar em algo bastante significativo e valioso do ponto de vista do conhecimento a depender da finalidade que se quer estabelecer para alcançar o objetivo central junto as metas gerais e específicas.

Partindo dessa organização, formulamos estruturalmente um plano/planejamento, para os encontros formativos com oficinas de orientações objetivando à construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo e elaboração da Resolução CME/DMEC, tendo



como público alvo os respectivos coordenadores/as municipais indicados nos termos de adesão dos municípios, além dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, conselheiros/as municipais de educação e membros dos comitês/comissões especiais e movimentos sociais, apresentando como pauta a agenda dos encontros com realização de oficinas formativas, destacando os passos para a elaboração, sua dinâmica e estrutura das DMEC, baseada no cronograma de atividades com proposta para elaboração da Resolução CME, conforme demonstrada no quadro 3.

Quadro 3 – Agenda de Encontros Formativos e Orientações das Diretrizes Iniciais e Continuadas – DMEC/2023 –

MÊS/2023	DATA HORÁRIO	PAUTA/ETAPAS	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	FORMADOR/ MEDIADOR
MAIO	10 a 12/05 Local: UESC	5º Encontro Presencial no Auditório Paulo Souto - UESC	- Apresentação e fortalecimento do Programa Formacampo nos Territórios e seus Municípios. - Palestras, Exposição Cultural, Relatos de Experiências. - Círculo de Diálogos.	Arlete (UESB) Edna (UNEB) Emerson (UESC) Jussara (UESC) Terciana (UFRB) Marcos Paiva (UNDIME)
JUNHO	05/06 (segunda-feira) 19 h	APRESENTAÇÃO e discussão sobre a estruturação do documento das DMEC	1. Pontos Estratégicos (sugestão) para dar seguimento à elaboração/construção do documento nos Municípios. 2. Momentos de formação político-pedagógica (de acordo com as Lives assistidas 2022) para compreender o processo histórico da Educação do Campo.	Antony Jussara Vilma
		ORIENTAÇÕES para fortalecimento dos Comitês/ Comissão das DMEC	Avanços e limites da Criação do Comitê/Comissão no âmbito dos municípios e o papel de articulação dos coordenadores municipais na elaboração do documento. - Adequação das DMEC conforme as sugestões apresentadas pelo Fórum, se for o caso.	

MÊS/2023	DATA HORÁRIO	PAUTA/ETAPAS	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	FORMADOR/MEDIADOR
JULHO	20/07 (quinta-feira)	Ideias e sugestão de ajustes para a construção do 1º Capítulo do documento	1. A EDUCAÇÃO BÁSICA DO/NO CAMPO 1.1 Aspectos legais 1.2 Princípios da Educação do/no Campo 1.3 Contexto da Educação do Campo no Município -BA 1.4 Relação escola x comunidade: as especificidades dos sujeitos	Antony Jussara Vilma
		Ajustes na elaboração do 2º Capítulo do documento	2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR 2.1 Gestão educacional 2.2 Formação continuada 2.3 O processo de avaliação 2.4 Projeto Político Pedagógico	
AGOSTO	10/08 (quinta-feira)	Articulação junto aos professores/coordenadores municipais para finalização do 3º Capítulo do documento	3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO 3.1 Currículo: concepção 3.2 As classes multianos, multietapas ou multiseriadas 3.3 Estrutura Curricular da Escola 3.3.1 Trabalho 3.3.2 Sustentabilidade 3.3.3 Educação Ambiental 3.3.4 Agroecologia 3.3.5 Cultura 3.3.6 Juventudes 3.3.7 Movimentos Sociais 3.3.8 Sexualidade	Antony Jussara Vilma
		Compreensão da importância da inserção da diversidade e dos direitos constitucionais no 4º Capítulo do documento	4. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 4.1 Direitos humanos: o exercício da cidadania 4.2 Relações Étnico-raciais 4.3 Povos indígenas e quilombolas 4.4 Educação Especial na perspectiva inclusiva	
SETEMBRO	28/09 (quinta-feira)	Implementar no documento das DMEC um dos principais mecanismos de manutenção e funcionamento da educação - 5º Capítulo	5. RECURSOS FINANCEIROS E O FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO 5.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 5.1.1 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	

MÊS/2023	DATA HORÁRIO	PAUTA/ETAPAS	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	FORMADOR/ MEDIADOR
			5.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 5.1.3 Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE) 5.1.4 Caminho da Escola 5.1.5 Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) 5.1.6 Programa de Inovação Educação Conectada (E-Conectada) 5.1.7 Outros programas que o Município aderiu 5.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	Antony Marcos Paiva Vilma
OUTUBRO	09/10 (segunda-feira)	Apresentação do documento ao Fórum da Educação do Campo	- Adequação das DMEC, de acordo com as sugestões apresentadas pelo Fórum de educação do Campo. - Verificar a possibilidade de inclusão de outros pontos, se for o caso e houver necessidade.	Secretaria de Educação Coordenadores Municipais CME Comitê/Comissão
OUTUBRO	19/10 (quinta-feira)	Elaboração da Resolução junto ao CME e Comitê ou Comissão Especial	1 – Encaminhamento do documento construído ou (re)elaborado ao Presidente do Conselho Municipal de Educação - CME. 2 – Ajustar para as normas de Parecer e Resolução. 3 – Publicação das DMEC em Parecer e Resolução do CME. 4 – Sugestão de um caderno com as orientações da DMEC para circular nas escolas, sociedade civil. 5 – Seminário Municipal da Educação do Campo para apresentação do documento à sociedade civil.	Coordenadores Municipais CME Comitê/Comissão

MÊS/2023	DATA HORÁRIO	PAUTA/ETAPAS	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	FORMADOR/MEDIADOR
NOVEMBRO	04 a 30/11	Apresentação do Documento de orientações e da Resolução das DMEC	Seminário Municipal da Educação do Campo para apresentação do documento à sociedade civil	Secretarias de Educação e Conselhos Municipais de Educação
DEZEMBRO	12 e 13/12	6º Encontro (Online) Encerramento das Atividades do Formacampo 2023 - Grupos 1 e 2	Encontro Online para apresentação e relatos de experiências dos trabalhos realizados pelos Territórios de Identidade da Bahia	Coordenação Geral Coordenadores Territoriais

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/organizadores (2023).

A ideia central da agenda das Oficinas e dos Encontros é trazer para as discussões, temáticas importantes e que são necessárias para orientar a construção e (re)elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, uma vez que, para isso requer a continuada formação com os educadores do Campo, pressupondo que tanto a melhoria e qualidade da educação e ensino somente é possível com a efetiva participação democrática da comunidade escolar na tomada de decisões, mecanismo ético e dialógico com os atores internos e externos à escola, para definir que projeto de escola almejam construir.

Quando nos referimos à agenda, não estamos falando apenas de um espaço para anotar seus compromissos ou registrar apenas informações ou comunicações. Muito mais que isso, a agenda pode ser utilizada como um instrumento importante para organizar e planejar o ato de criar e conceber antecipadamente uma ação, desenvolvendo metas e estratégias programadas para atingir determinado objetivo. E para consolidar essa ação, apresentamos no primeiro encontro o Plano de Trabalho das DMEC, conforme card/convite abaixo, enviado aos cursistas inscritos.



Imagem 1. Participação e Visualizações pelo Canal GEPEMDECC no 1º Encontro de Formação das DMEC

Fonte: Baseado na imagem do Youtube no Canal Gepemdecc (2023).

Destacamos que essa programação do Youtube acima se encontra disponível pelo Link: <https://www.youtube.com/watch?v=eoWTL6ddodY&t=284s>, e consta na atualidade certa de um número estimado de 2,6 mil visualizações pelo Canal Gepemdecc¹.

Assim, o Programa de formação continuada de educadores do campo, no nosso caso, - o Formacampo, se constitui como uma ação que permite reacender a imaginação e criatividade que motivam novos pesquisadores a propor atividades diversificadas, que explorem novos enfoques e abordem temáticas significativas em prol de uma educação com qualidade social e para todos.

3. ENCONTROS E ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO/ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – DMEC

A proposta de orientação para a construção ou (re) elaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo em todas as redes de ensino, em especial, às unidades escolares do Campo pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, juntamente com os órgãos da Secretaria de Educação e Conselho de Educação de cada município, deve

¹ GEPEMDECC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade, vinculado ao Programa de Pós graduação em Educação PPGEd/UESB.

ter como intuito a implementação de Política de Educação Básica do Campo, instituída por meio do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 e da Resolução CNE/CEB nº 01 de 3 de abril de 2002.

Dessa maneira, com base no conjunto de princípios, metas e procedimentos é que a proposta objetiva atender a população do campo nas suas variadas formas de produção da vida, seja, agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, povos ou comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas, indígenas, ciganos, caiçaras, caboclos, ribeirinhos, povos da floresta, das águas, da terra e demais populações que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Nessa perspectiva, a DMEC, objetiva ainda, alinhar as políticas educacionais da Sistema Municipal de Ensino junto ao Plano Municipal de Educação-PME, voltadas para a população do campo, aos marcos normativos federais da Educação do Campo, bem como aos documentos regulatórios da Educação Pública do Estado da Bahia, visando a orientar a organização do trabalho pedagógico das unidades escolares do Campo.

Portanto, coube nessa ação a parceria não somente da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e da Comissão Especial da Educação do Campo, mas, de modo geral da participação na formação continuada de gestores escolares, professores, coordenadores municipais, conselheiros municipais de educação e demais interessados, mediada pelos coordenadores territoriais na busca incessante dos conhecimentos/saberes necessários para melhorar o compromisso com o atendimento dessa população, e de fortalecer a qualidade social da educação pública por meio de uma gestão educacional mais democrática de caráter significativo e integrador.

3.1 Eixos Temáticos e Estratégicos das DMEC

Os eixos temáticos ou estratégicos são aqui considerados como conjuntos de temas abordados que direcionam ou orientam o planejamento de um determinado trabalho, ou seja, funcionam como um suporte pedagógico ou guia. O sentido figurado do termo “eixo” é destacar a ideia principal, essencialmente, do tema a ser tratado.

Do ponto de vista do planejamento educacional, a ideia de eixo temático se constitui como um aspecto fundamental para questões metodológicas e didáticas no processo de



ensinar e aprender, além de servir para organizar um plano ou programa de estudos e pesquisas em diferentes etapas, - no nosso caso, do Formacampo, e assim, diagnosticar, acompanhar e avaliar as conquistas dos cursistas e a construção e produção de saberes acerca das temáticas que envolvem a Educação do/no Campo.

Dessa forma, apresentamos neste relatório técnico, os eixos estruturantes para elaboração das mencionadas Diretrizes, visando fornecer ao CME dos Municípios, subsídios para o fortalecimento da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo que vivem e convivem nos Territórios de Identidade da Bahia.

Por isso, nosso trabalho se iniciará com os municípios de dezessete territórios de identidade baianos subdivididos entre as equipes de diretrizes iniciais e continuadas e que poderão se estender aos demais territórios nos anos seguintes.

3.1.1 A Educação do/no Campo

Nesse eixo específico, buscamos a fundamentação teórica e os princípios da Educação do Campo a nível nacional, estadual, atravessando pelo contexto histórico de cada município envolvido, que de acordo com a sugestão da estrutura apresentada, orientamos como objetivo utilizar os marcos conceituais e legais da Educação do Campo, destacando e evidenciando as especificidades dos sujeitos do/no Campo, apresentada por meio de convite, conforme Card da figura 2.

Figura 2: Encontro para discussão sobre a Educação do/no Campo



2º ENCONTRO FORMAÇÃO
DIRETRIZES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
uma construção/(re)elaboração necessária

Me. Antony Eça (Difort/UESB) Dra. Jussara Moreira (DCIE/UESC) Me. Vilma Aurea (Gepemdecc/UESB)

Dia : 20/07/2023
Horário: 19 h
Canal: Gepemdecc

Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

O segundo encontro de formação que ocorreu dia 20/07/2023, horário das 19 horas, com temática referente à Introdução e ao 1ª Capítulo do Documento das DMEC que tratou sobre a Educação Básica do/no Campo, ocorrido pelo Canal Gepemdecc com link do Youtube de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=wUTPjr-0jyo&t=290s> com total de 2,2 mil visualizações, cuja presença dos cursistas e participação no campo Chat foram bastante satisfatórias e expressivas, conforme apontada na imagem abaixo:

Imagem 2. Participação dos inscritos no 2º Encontro/Oficina das DMEC



Fonte: Baseado na imagem do Youtube pelo Canal Gepemdecc (2023).

A princípio, nesse 2º encontro de formação foi necessário buscar a conceituação adequada do termo Educação do Campo, contrapondo à expressão “Escola Rural”. Essa conceituação fora concebida no contexto da Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada no ano de 1998. A partir de então, o campo passou a ser visto como um novo espaço de vida, que não se resume à dicotomia urbano/rural, mas que respeita as suas especificidades sociais, étnicas, culturais, ambientais e que garanta o direito da educação do campo, assegurando a possibilidade de as pessoas serem educadas no lugar onde vivem, como sendo participantes ativas do processo de construção da própria ação educativa (Brasil, 2002).

A modalidade da Educação do Campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na educação escolar, mediada por uma ação curricular que concebe a aprendizagem como parte de um processo de apropriação e elaboração de

novos conhecimentos articulados com a dimensão empírica da vida e da cultura dos sujeitos do campo.

Tais abordagens e práticas pedagógicas devem apoiar-se no modo de existência desse sujeito camponês objetivando a superação da dicotomia rural/urbano e da visão preconceituosa e equivocada do campo como lugar de atraso, distante do conhecimento científico e da vida intelectual, considerados como presentes somente na cidade.

Dessa maneira, é fundamental a compreensão da relação existente entre a campo-cidade e as possibilidades de superação diante de uma visão dicotômica sobre os territórios implica entender que as relações sociais que ocorrem entre os sujeitos e as instituições presentes nesses territórios são construções históricas que marcam a produção social do espaço e que em nossos dias transpassam os limites definidos geograficamente, muito em razão das novas tecnologias e da circulação do capital que ocorrem de maneira sobreposta.

3.1.2 Organização do Trabalho Escolar

Nesse aspecto, apresentamos alguns elementos constitutivos da estrutura e organização do trabalho na escola campo, destacando também aspectos da gestão educacional numa perspectiva democrática e participativa, evidenciando o papel dos coordenadores municipais ou pedagógicos, fomentando a importância da formação continuada dos educadores, reconhecendo como processo avaliativo/formativo com estratégia pedagógica, e que serve para planejar as ações educativas em torno do PPP da escola do Campo.

Nesse encontro específico, os elementos constitutivos da organização do trabalho escolar podem ser considerados como ações e manifestações que envolvem a perspectiva da Gestão Democrática; a Formação Continuada; a Coordenação Pedagógica e; Processo de Avaliação Formativa. No caso específico da Educação do/no Campo, devem ser considerados também o inventário histórico-social, valores culturais e ambientais das escolas do campo, que servirá como instrumento que deverá alimentar informações no processo de (re) elaboração/construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), cujos resultados representam as bases com as quais, serão erguidos pilares que sustentarão à proposta orgânica político-pedagógica da unidade escolar.



Figura 3: Encontro/Oficina sobre a Organização do Trabalho Escolar



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

Dessa forma, apresentada na pauta acima, todos esses elementos constitutivos da organização do trabalho escolar estão imbricados entre as dimensões que envolvem os aspectos administrativos, didático-pedagógicos e financeiros, sendo que, um dar a necessária sustentação ou alimenta o outro. Portanto, ambos são relevantes, tanto para o planejamento como também para a organização e funcionamento da unidade escolar.

O aspecto **administrativo** discorre sobre ações ligadas aos recursos humanos ou de pessoal, materiais e recursos didáticos-pedagógicos, instalações e serviços, manutenção de acervos/arquivos, tramitação de documentos, controle e atenção às normas e as leis instituídas/estabelecidas (regimento escolar, estatuto das associações de pais e mestres e colegiados escolar...) para a organização, funcionamento e manutenção da estrutura física das unidades de ensino da educação do Campo, priorizando as necessidades do cotidiano escolar.

O aspecto **didático-pedagógico** se constitui como sendo uma das instâncias mais importantes da gestão, que envolvem o planejamento, participação, autonomia da equipe gestora e a articulação das questões educativas no universo escolar, baseada nas diretrizes educacionais e operacionais da rede municipal, definidos na proposta pedagógica e curricular da escola, sem deixar que seus objetivos e fins fiquem sujeitos apenas na decisão de um determinado grupo da gestão escolar.

No aspecto dos recursos **financeiros**, é importante destacar inicialmente como sendo elemento estruturante para desenvolvimento das ações educacionais, ou seja, é condição essencial para materialização dos instrumentos de ação e universalização do direito do ensino público de qualidade para todos.

Portanto, a partir desses aspectos, o próprio Projeto Político Pedagógico – PPP, refletirá esse planejamento e servirá de guia para que a gestão da educação e da escola, seja exercida de acordo com as proposições da coletividade, assumida como prática de reflexão crítica, diagnóstica e de tomada de decisões, e se constituirá como um dos principais documentos que representa a síntese da proposta de educação que a unidade escolar do/no Campo, pretende desenvolver do decorrer do ano letivo e como forma de contribuir para a construção da sociedade que a comunidade campesina almeja.

Esse projeto em construção, deve ser planejado e produzido por meio de reflexões e ações que envolvem a organização do trabalho escolar que devem ser destacados por aspectos essenciais como a necessidade do trabalho a ser realizado pelo coletivo que integra a comunidade escolar e, que esse coletivo reconheça a relevância desse projeto e do processo que envolve sua permanente construção e reconstrução.



Fonte: Baseado na imagem do Youtube pelo Canal Gepemdecc (2023).

Contudo, baseado nessa configuração, as apresentações das lives de formação específica junto ao coletivo deve ser, sistematicamente, ser envolvido dentro do processo de reflexão crítica, diagnóstico, tomada de decisões relacionadas com a organização do trabalho escolar, assim como também, deve haver o envolvimento mútuo das dimensões (administrativa, pedagógico e financeira) com alguns elementos constitutivos que resulta no acompanhamento, planejamento e execução do PPP da unidade escolar.

3.1.3 Organização Curricular da Educação do/no Campo

Nesse tópico, destacamos que a forma de organização curricular da Educação do Campo, deve compreender todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em conformidade com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a Resolução CNE/CEB n. 1 de 2002, junto ao Projeto Político Pedagógico da escola. O intuito é de compreender o processo de gestão pedagógica do campo com turmas multianos, multietapas ou multisseriadas, evidenciando a concepção de currículo e definindo a estrutura curricular no universo escolar. Além disso, foi possível orientar para o planejamento as ações educativas, reconhecendo a dinâmica e as várias instâncias da prática social da vida humana como as relações de trabalho, sustentabilidade, educação ambiental, agroecologia, cultura, juventudes, movimentos sociais, sexualidade. Todas estas temáticas foram abordadas, conforme Card da figura 4.

Figura 4: Encontro/Oficina sobre a Organização Curricular da Educação do/no Campo



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

Esse encontro ocorreu no dia 10/08/2023 no horário das 19 horas, com total de 1,1 mil visualizações pelos participantes, ocorrido pelo Canal Gepemdecc com link do Youtube de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=5sjJ7kc8_O8&t=388s, conforme indicação na imagem a seguir:

Imagem 4. Participação dos inscritos no 3º Encontro/Oficina das DMEC



Fonte: Baseado na imagem do Youtube pelo Canal Gepemdecc (2023).

Partindo desse nível de envolvimento e participação nos encontros formativos, a trajetória de construção da Política Pública de Educação do Campo no âmbito de cada Município participante, deve estar incluindo também a definição de seu lugar no sistema educacional como modalidade de ensino que abriga uma demanda que deve incluir as etapas da Educação Infantil, preferencialmente em classes específicas pré-escolar, o Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio, - quando este obtiver demanda na rede municipal, além da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola.

Pensar na perspectiva do currículo é pensar, sobretudo, sobre o que elegemos como formativo. Nesse sentido, as perguntas que fazemos quando vamos construir uma proposta curricular é: o que é formação? e quais saberes elegemos como formativos? As várias possibilidades de respostas que se anunciam com essas questões/indagações

demonstram que a proposição curricular é uma decisão política que nos remete às intencionalidades educativas que assumimos.

Portanto, conforme afirmação de Silva (2017), o currículo nas escolas do campo, deve preparar os seus educandos para a vida na sociedade, dentro de uma perspectiva emancipatória e humanística, e não para atender as exigências do universo do capital, implícitos nos planos de cursos, baseados em conteúdo prescritivo que priorizam apenas os conhecimentos sobre a inserção no mercado de trabalho com suas inovações tecnológicas, ainda que assegurados pelo poder público através da sua legislação nacional, que orientam o currículo nos diferentes sistemas de ensino.

De modo geral, de acordo com as afirmações dos autores Eça e Nunes (2021), o currículo pode ser considerado como conjunto de ações pedagógicas – ou de ações educativas – que envolve espaço, tempo, sujeitos e saberes influenciados por várias instâncias da prática social humana, seja, os movimentos sociais, as universidades e instituições de pesquisa, as tecnologias, o mundo do trabalho, cidadania, produção artística e cultural, dentre outros, além de atividades desportivas e corporais

Portanto, pensar, planejar e estruturar o currículo, mais precisamente no âmbito de uma base curricular, respeitando as particularidades e especificidades das modalidades de ensino nas respectivas idades/séries dos atores sociais, deve ser algo amplamente e conjuntamente analisado. Pois, o currículo assim compreendido, requer de todo modo, um comprometimento com a formação social e integral dos sujeitos implicados em contextos diversos e atravessados pelos marcadores da diferença de gênero, sexualidade, raça e credos.

3.1.4 Educação para a Diversidade

A centralidade dessa temática está na promoção e compreensão da educação como direito fundamental e na estratégia para a inclusão de conhecimentos/saberes diversos e enfrentamento da discriminação e do preconceito. Para isso, foi necessário a introdução de uma abordagem da Educação na diversidade como reconhecimento e valorização culturais das diversas populações, além de apresentar alguns conceitos significativos sobre as diversas populações e temáticas da diversidade.



Uma vez que, a proposta da implementação da Educação para a Diversidade deve promover o debate sobre a educação como direito fundamental e que precisa ser garantido a todos e todas sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos humanos, o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e aos povos originários dessa nação, conforme card da figura 5.

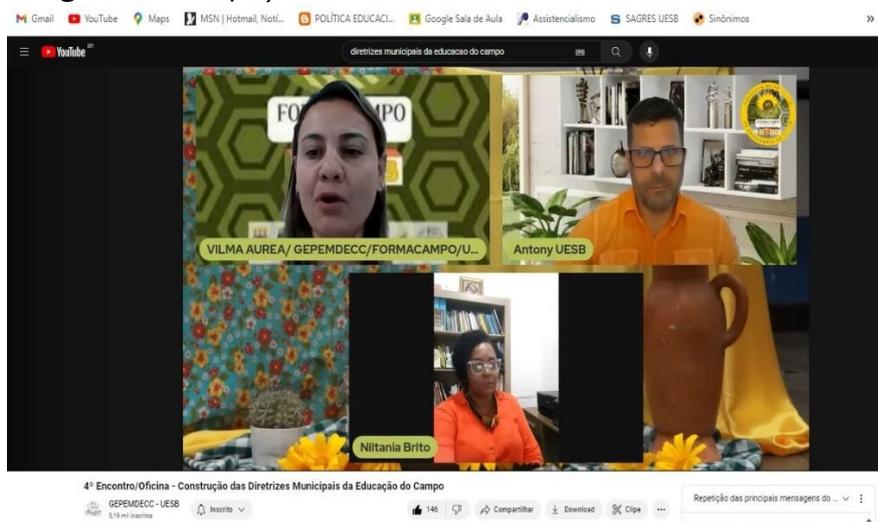
Figura 5: Encontro/Oficina sobre Educação para Diversidade



Fonte: Disponível no site: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

Essa oficina ocorreu dia 24/08/2023 no horário das 19 horas, pelo Canal Gepemdecc com link de acesso à sala: <https://www.youtube.com/watch?v=bYVHOvfaDnU&t=283s>, através demonstrada na imagem abaixo, totalizando cerca 1,1 mil visualizações dos participantes.

Imagem 5. Participação dos cursistas no 4º Encontro/Oficina das DMEC



Fonte: Baseado na imagem do Youtube pelo Canal Gepemdecc (2023).

Nesse encontro em formato de oficina, foi abordada a diversidade no âmbito da educação sempre como sendo motivo de grandes debates em todo o país e, a partir do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação (Brasil, 1997), a pluralidade cultural e a diversidade se destacam como um dos temas transversais, as quais, após a divulgação por meio da distribuições de cadernos temáticos em todas as escolas públicas brasileiras, as discussões e o reconhecimento da multiculturalidade e a interculturalidade ganharam mais visibilidade nos meios acadêmicos, e isso reverberou, essencialmente, nas unidades escolares, apontando como grande relevância social e educacional.

Dentre uma dessas ações e projeções, deu-se com o desenvolvimento da ação do “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, com políticas afirmativas das minorias étnicas” (Fleuri, 2003, p. 16).

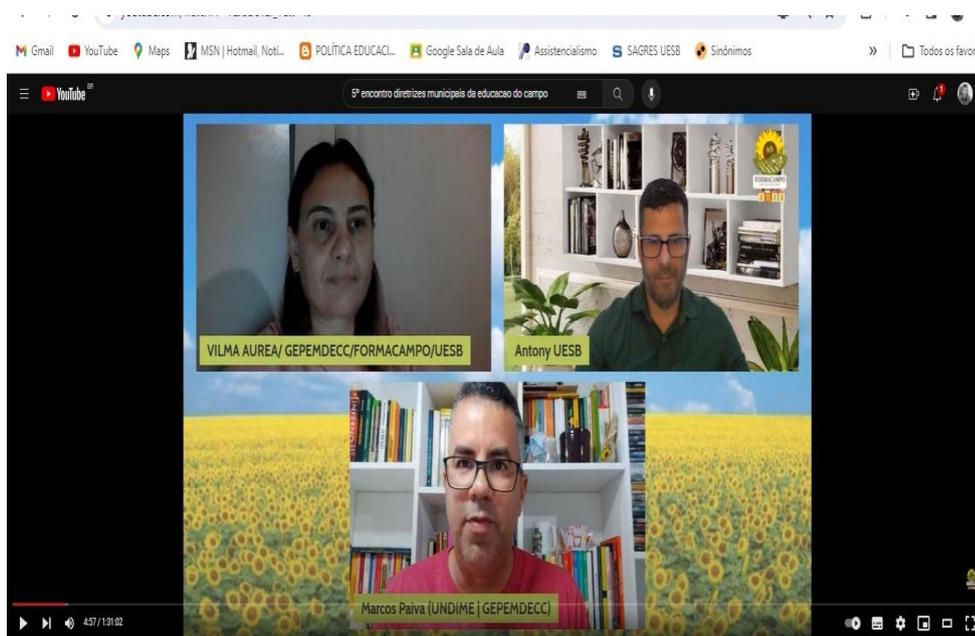
Nesse sentido, é preciso compreender a concepção de direito humano no exercício da cidadania imbuídos nas práticas pedagógicas, fomentando a Educação para as Relações Étnico-raciais, para os povos indígenas e quilombolas como necessária no atendimento às leis vigentes e respeito às diferenças.

Para isso, se torna imprescindível desenvolver metodologias de introdução desses conceitos na educação básica, especialmente, nas etapas e modalidade da Educação do Campo, oferecendo seminários, palestras virtuais, materiais didáticos e tecnológicos sobre os temas da diversidade e antes de tudo, possibilitar a formação continuada, mediante as redes de discussão em diversos cursos de formação de educadores para a diversidade oferecidos no âmbito da rede ou sistema municipal de ensino.

3.1.5 Recursos Financeiros e o Financiamento para a Educação do/no Campo

O objetivo central desse encontro foi para orientar a construção do 5º Capítulo e finalização do Documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC, em conformidade com a estrutura sugestionada dentro do Plano de Trabalho apresentado anteriormente pela equipe de coordenadores territoriais. Nessa oficina, destacamos a importância de reconhecer o financiamento da educação como sendo elemento



Imagem 6. Participação dos cursistas no 5º Encontro/Oficina das DMEC

Fonte: Baseado na imagem do Youtube pelo Canal Gepemdecc (2023).

A abordagem dessa temática, destacou a relevância de incluir no documento das DMEC, sendo que, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), os municípios devem ofertar prioritariamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de nove anos; os estados com oferta do Ensino Fundamental anos finais e Médio; e a União é responsável pela organização do sistema federal de ensino e na oferta do Ensino Superior pela redistribuição e complementação de recursos com intuito de combater desigualdades de oportunidades educacionais.

Embora não sejam suficientes, os recursos financeiros destinados à educação, é condição *sine qua non*², ou seja, necessária para materialização da produção do saber pela universalização do direito do cidadão a educação e ao ensino público de qualidade social para todos, como estabelecido no artigo 205 da CF (1988), “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo este ser “promovida e incentivada com colaboração da sociedade”.

No entanto, historicamente, as bases legais para o financiamento da educação não seguiram de forma linear ao longo dos tempos. Sendo que, nesses percursos, enxergamos

² *Sine qua non* ou *conditio sine qua non* é uma expressão que se originou do termo legal em latim que pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode ser”. Refere-se a uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial.

alguns avanços e progressos, como também retrocessos sobre passos de continuidade, descontinuidade, entre vinculações e desvinculações ao ponto de os recursos serem considerados como subsídio literário em sua gênese, até chegar ao recém reformulado FUNDEB³ em 2020, ou novo Fundeb, instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública brasileira, deixando de ser apenas um dispositivo transitório na Lei, tornando-o vitalício, apresentado aos cursistas sobre forma de quadro, conforme disposto abaixo:

Quadro 4: Mudanças significativas com o Novo FUNDEB

NOVO FUNDEB – EC 108/2020
Acrescentou o artigo 212-A na Constituição Federal de 1988 pela EC 108/2020;
Deixou de ser dispositivo transitório e passa a compor de modo vitalício no corpo da CF;
Maior participação da União;
70% dos recursos serão destinados aos profissionais da educação (não mais do magistério público), conforme inciso 11;
Distribuição dos recursos de forma híbrida para os estados e municípios;
Projeta maior equidade, adequação e formatação em relação à anterior;
Ameniza os problemas do custo-aluno-qualidade (CAQ);
Fora regulamentada em 31 de dezembro de 2020.
Necessitará de mais fiscalização, acompanhamento e transparência.

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2022).

Portanto, o FUNDEB a partir de 2021, através da EC 108/2020, regulamentado pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, tornou-se um fundo permanente e vitalício, sendo considerado como uma conquista vitoriosa para os educadores e profissionais da educação com relação ao fundo anterior.

De acordo com a respectiva lei, pelo menos 70% dos recursos do Fundeb devem ser utilizados para remunerar os profissionais da educação pública, que nesse cálculo incluem-se todos professores e profissionais da área de suporte pedagógico, gestores escolares, planejamento, inspeção, supervisão, coordenação e orientação educacional. O demais 30% do dinheiro vai para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação

³ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

básica pública, como por exemplo, o aperfeiçoamento e treinamento do pessoal docente e dos profissionais da educação, a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, além do uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino. Para além disso, a atenção de atividades-meio necessárias ao funcionamento do ensino, como serviços de vigilância escolar, limpeza e conservação e aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar.

Por fim, a educação, mesmo sendo considerada um ordenamento jurídico de direito, conforme apontada pelo filósofo Cury (2018), o investimento/financiamento dos recursos públicos no setor educacional, continuam sendo insuficientes, mas, se constitui ainda como sendo um dos pontos fundamentais para que se resolva tanto as questões das desigualdades sociais e econômicas no país, como também, é um meio para se obter a tão perspectivada educação pública, gratuita, de qualidade social e para todos.

4. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS TERRITÓRIOS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS EM 2023

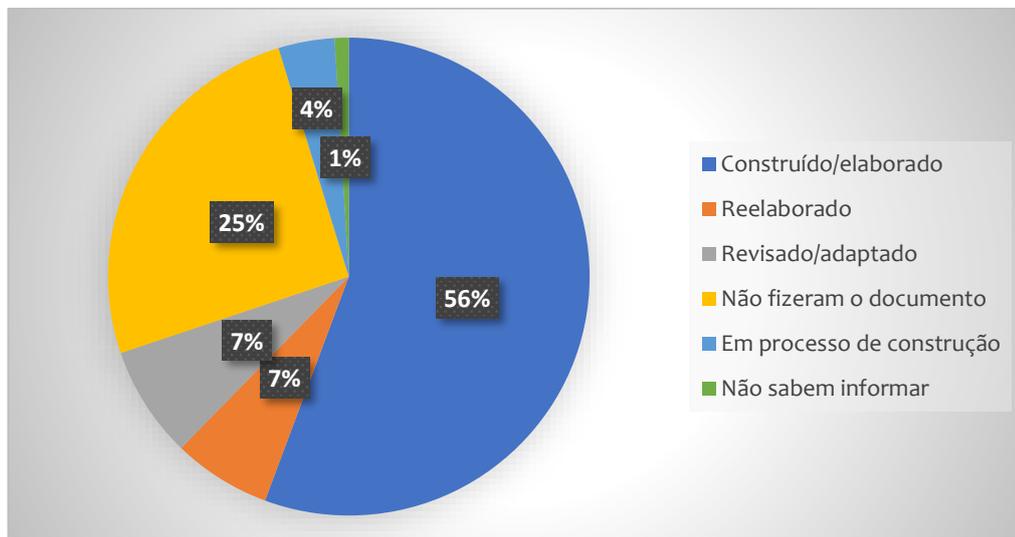
O mapeamento dos processos de produção em qualquer área, no nosso caso, da educação do campo, nos ajuda a compreender os fluxos de trabalho desenvolvidos sob uma determinada ação perspectivada. Nesse sentido, podemos compreender que se trata de uma ferramenta importante, a qual representa de forma visual através de quadros, gráficos e figuras numa sequência de atividades relacionadas ao percurso de formação continuada das profissionais que atuam na educação, junto as decisões envolvidas no processo.

Para coleta das informações sobre o andamento das produções da construção ou (re) elaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do/no Campo, disponibilizamos por meio grupo *WhatsApp*, um formulário da plataforma *google forms* solicitando aos Coordenadores Municipais da Educação do Campo e representantes dos órgãos do Sistema de Ensino, ou seja, a Secretaria de Educação ou Conselho Municipal de Educação, a gentileza de preencher nos espaços, questionamentos a respeito da realidade do seu Município por Território de Identidade.



O objetivo desse diagnóstico foi realizar o mapeamento e perceber o alcance das orientações fornecidas nas lives durante os encontros formativos das DMEC pelo Programa Formacampo/2023.

Gráfico 1: Diagnóstico/Mapeamento da Construção/(re) elaboração das DMEC em 2023



Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados do Programa Formacampo, 2023

De acordo com o gráfico acima, um total de 56% dos respondentes do formulário afirmou que as DMEC foram construídas/reelaboradas, enquanto, 7% disseram que o documento foi revisado/adaptado/reelaborado e outras 4% pontuaram estar em processo de elaboração/construção. Neste sentido, compreendemos que a Educação do Campo com a construção ou reelaboração das Diretrizes avança em qualidade e em reconhecimento da diversidade que compõe os sujeitos envolvidos no processo de escolarização do/no campo.

Por outro lado, 25% afirmaram que não fizeram o documento, entretanto, pelo fato de estarem ativos na formação, participaram das reflexões, discussões e tiveram acesso, principalmente com relação ao material produzido e disponibilizado pelo programa⁴, que servirá de base para diálogos posteriores em suas unidades de ensino.

Dessa maneira, pudemos obter uma visão geral dos caminhos e passos dados pelos construtores do respectivo documento em questão, e assim, poder analisar mais de perto

⁴ Todo o material produzido pelo Formacampo, encontra-se no site http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303

as respostas, criando estratégias para socializar as ideias e sugestões para que todos os envolvidos tivessem acesso às informações, a fim de produzir e concluir as DMEC.

Quadro 5. Panorama dos Territórios de Identidade quanto à participação no Formacampo/2023

TERRITÓRIO IDENTIDADE/ MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS			DIAGNÓSTICO DAS DMEC				
	Total	Ativos	Desistiu	Finaliza 2023	Finaliza 2024	Não Iniciou	% Participação	% que não desistiram.
Litoral Sul	15	15	00	01	00	02	100%	9,5%
Médio Rio de Contas	09	09	00	01	02	00	100%	
Médio Sudoeste	15	04	00	00	00	11	27%	
Sudoeste Baiano	15	13	02	0	00	01	87%	
Vale do Jiquiriçá	15	13	02	02	00	00	87%	
Velho Chico	14	14	00	01	00	03	100%	
Bacia do Jacuípe	09	09	00	01	00	03	100%	
Bacia do Paramirim	08	06	02	00	00	00	75%	
Bacia do Rio Corrente	07	07	00	00	00	03	100%	
Bacia do Rio Grande	04	04	00	00	00	04	100%	
Baixo Sul	12	10	02	00	00	02	83%	
Chapada Diamantina	24	13	11	00	00	01	54%	
Costa do Descobrimento	08	06	02	00	00	01	75%	
Extremo Sul	04	04	0	00	00	00	100%	
Irecê	10	06	04	00	01	00	60%	
Litoral Norte e A. Baiano	14	09	05	00	01	01	64%	
Portal do Sertão	17	14	03	01	0	03	82%	
Recôncavo	16	10	06	01	0	03	62,5%	
Piemonte do Paraguaçu	08	08	0	0	0	01	100%	
Sertão do São Francisco	07	06	01	01	0	04	86%	
Sertão Produtivo	04	04	00	01	01	00	100%	
Semiárido Nordeste II	12	10	02	00	09	01	83%	
Sisal	14	09	05	01	0	01	64%	
TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE TERMO DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS	Adesã o	Ativos	Desisti u	Finaliza 2023	Finaliz a 2024	Não Iniciou	% geral Participação	
	251	193	34	11	14	45		
23 Territórios 237 Municípios	PERCENTUAIS DO DIAGNÓSTICO/MAPEAMENTO DAS DMEC							
	100%	77%	13,5%	4%	6%	18%	77%	

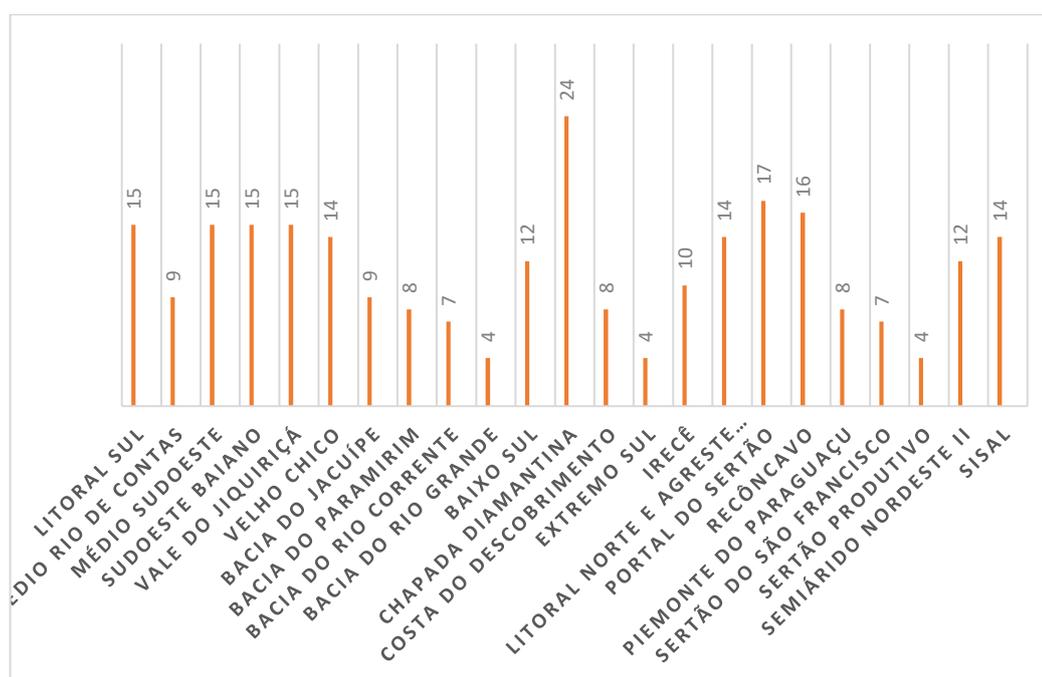
Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados do Formacampo/2023.

Esse quadro apresenta uma síntese do diagnóstico em forma de mapeamento, em que destaca, entre os 23 (vinte e três) Territórios de Identidade Baianos, 251 (duzentos e cinquenta e um) municípios firmaram compromisso mediante a assinatura do termo de adesão, indicando um coordenador técnico responsável pelas informações e pela multiplicação da formação com os demais educadores da rede de ensino.

De modo geral, em conformidade com o indicado no quadro 5, entre os 23 (vinte e três) Territórios de Identidade, 77% dos Municípios permaneceram ativos no Programa, 13,5% desistiram durante o processo de formação e 9,5%, permaneceram no programa, mas omissos e sem produção.

Esse panorama pode ser visto com maior precisão, quando dividimos esses percentuais entre os Territórios de Identidade, o qual dispomos no gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade de Municípios por Território de Identidade que firmaram e assinaram Termo de Adesão para o Programa Formacampo/DMEC em 2023



Fonte: Elaborada pelos autores/coordenadores territoriais (2023).

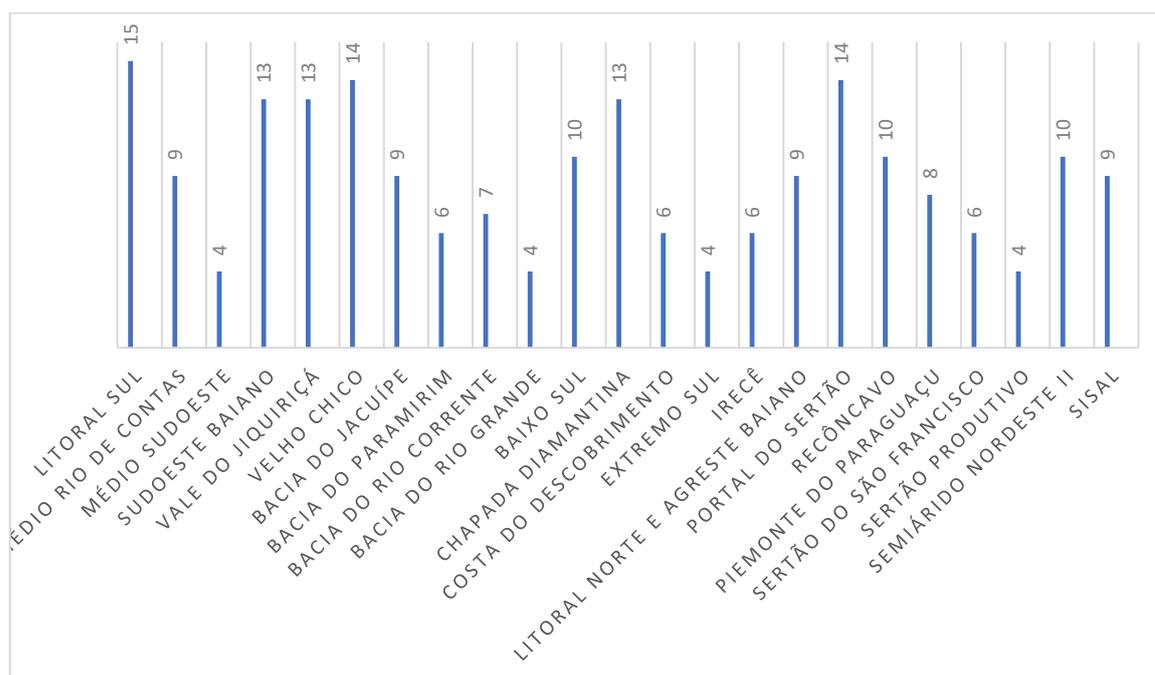
O estado da Bahia possui 27 Territórios de Identidade, destes, 23 fizeram adesão ao Formacampo/UESB. Como podemos observar no gráfico 6, 85% dos Territórios baianos tiveram participação de municípios no Programa de Extensão da UESB.

Nesse percurso de formação continuada e em exercício, 193 (cento e noventa e três) municípios permaneceram ativos no curso de formação continuada, especialmente, na construção ou (re) elaboração do documento das Diretrizes Municipais da Educação do Campo, enquanto 34 (trinta e quatro) municípios desistiram, mesmo depois de várias tentativas de busca ativa para o retorno à formação, acionada pelos coordenadores territoriais, via grupo específico do aplicativo WhatsApp. Além desses, 23 municípios

permaneceram na formação, mas de forma omissa, sem participação direta, apenas assistindo às lives, como consta no quadro 5.

Dentre os municípios mais atuantes no decorrer da formação, destacam-se os percentuais dos territórios de identidade no gráfico 3:

Gráfico 3: Quantidade de Municípios por Território de Identidade que permaneceram ativos no Programa Formacampo em 2023



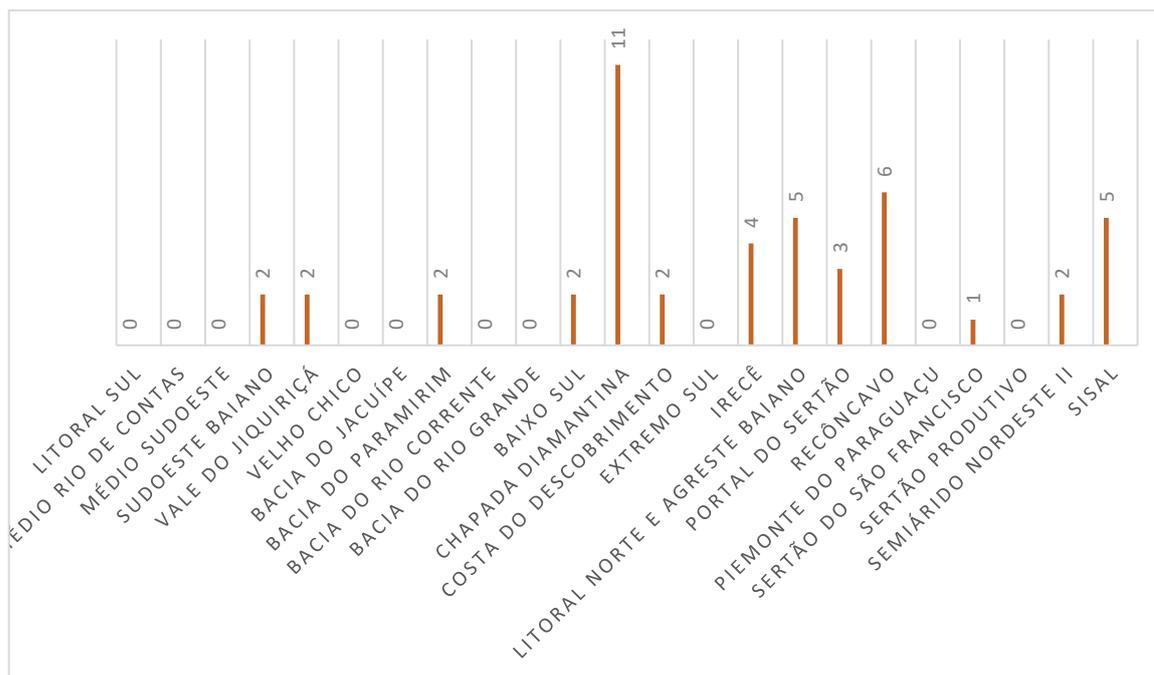
Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

Importante destacar nesse Relatório Técnico das DMEC, conforme dados apurados, que os municípios ativos se empenharam bastante para o conhecimento acerca dos temas/temáticas abordadas nas livres e minicursos pelo Programa Formacampo, bem como nas reuniões e encontros para realização das Oficinas de orientações para as DMEC, pelas quais assumiram o comprometimento com possíveis mudanças no atual cenário da educação do Campo em seu Município, com proposição de ações transformadoras para a qualidade social da educação no sistema municipal de ensino.

Aos municípios, destacados quadro 5, que interromperam as formações, seja no cargo ou função de coordenador local ou de conselheiro específico da educação, apenas lamentamos profundamente a desistência, acreditando que algum momento ocorra a mobilização entre os envolvidos no processo educacional para os aperfeiçoamentos, uma vez que, a formação continuada é um ordenamento específico estabelecido como meta no

Plano Nacional de Educação, assim como deve partir da necessidade que o profissional deva se apropriar das atualizações no campo de trabalho e vida social. Essa configuração se apresenta por território de Identidade no gráfico 4.

Gráfico 4: Quantidade por Território de Identidade que NÃO permaneceram ativos, considerados desistentes no Programa Formacampo em 2023



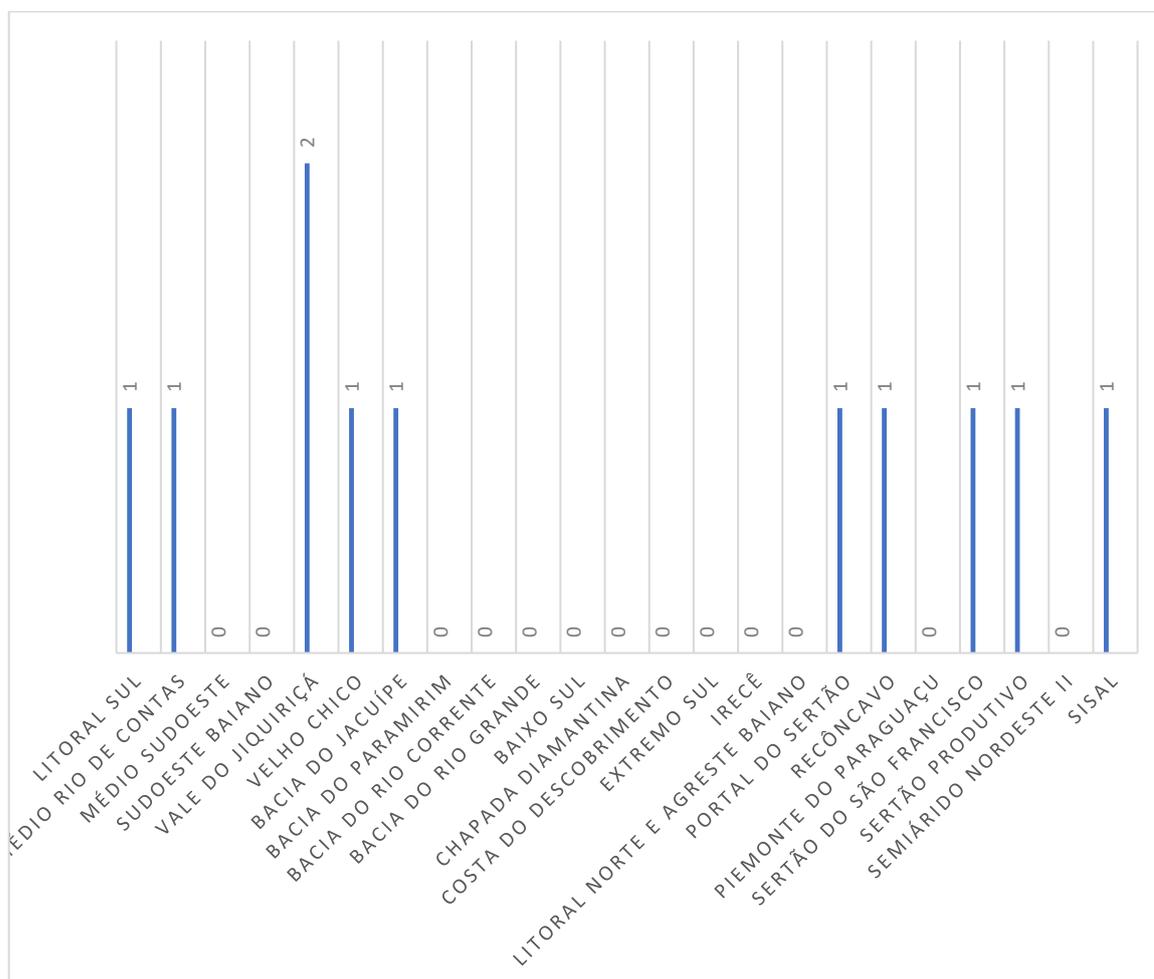
Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

Conforme apontado no gráfico 8, entre os Territórios de Identidade, 34 (trinta e quatro) municípios foram considerados como desistentes, perfazendo um total de 13,5% da quantidade de municípios que aderiram ao Programa.

De acordo com o diagnóstico, identificamos que dentre os 193 (cento e noventa e três) municípios ativos, 11 (onze) informaram na pesquisa que finalizam a construção do documento no próximo mês de dezembro de 2023, enquanto 16 (dezesesseis) dos municípios atuantes que iniciaram o processo de elaboração das DMEC, finalizam em 2024, uma vez que, diante do processo eletivo e dos movimentos no cenário político municipal, sobrecarregou tais ações, mas estes se comprometeram dar seguimento ao processo de construção/elaboração do documento no ano seguinte.

Esses dados estão expressos no mapeamento, apontado nos gráficos 5 e 16.

Gráfico 5: Quantidade de Municípios por Território que finalizam a construção/(re)elaboração do Documento das Diretrizes da Educação do Campo em 2023

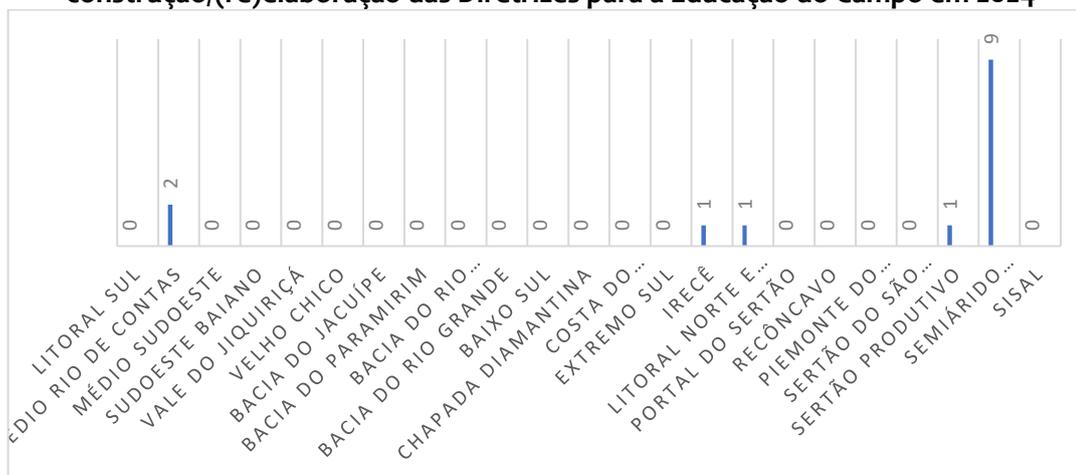


Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

De acordo com o gráfico 9, a maioria dos municípios dos territórios de identidade baianos, tiveram desistência de apenas 01 (um) município, a saber: Sisal, Sertão do São Francisco, Velho Chico, Sertão do São Francisco, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Sertão Produtivo, Portal do Sertão e Bacia do Jacuípe. Com quantidade um pouco maior, exatamente, 02 (dois), encontra-se o Vale do Jiquiriçá, pontuando que deu início a construção ou (re)elaboração das Diretrizes Municipais para a Educação do/no Campo e finalizará em dezembro de 2023.

A seguir, percebe-se que parte dos territórios de identidade iniciaram o processo de (re)elaboração das DMEC, mas, com término previsto para 2024, como consta no gráfico.

Gráfico 6: Percentual de Municípios por Território de Identidade que iniciaram e finalizam a construção/(re)elaboração das Diretrizes para a Educação do Campo em 2024



Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2023).

Dada a essa configuração, percebe-se que há uma quantidade considerável de municípios dos territórios baianos que iniciaram a escrita do documento, mas por motivos alheios aos nossos conhecimentos só finalizarão as DMEC, em 2024

Todavia, observa-se no quadro 6, apresentado logo abaixo, que alguns Territórios de Identidade, tiveram municípios que não iniciaram a escrita do documento, pretendendo iniciar em 2024.

Quadro 6: Quantidade de Municípios por Território de Identidade que NÃO iniciaram o Documento das DMEC/2023, com pretensão para o início em 2024.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS
Litoral Sul	02
Médio Sudoeste	11
Sudoeste Baiano	01
Velho Chico	03
Bacia do Jacuípe	03
Bacia do Rio Corrente	03
Bacia do Rio Grande	04
Baixo Sul	02
Chapada Diamantina	01
Costa do Descobrimento	01
Litoral Norte e Agreste baiano	01
Portal do Sertão	03
Recôncavo	03
Piemonte do Paraguaçu	01
Sertão do São Francisco	04
Semiárido Nordeste II	01
Total	45

Fonte: Elaborada pelos próprios autores/coordenadores territoriais (2024).

Neste sentido, como aponta no quadro 3, dos 251 municípios que fizeram adesão ao programa para (re) elaboração do documento, 45, optaram por fazê-lo somente em 2024. Assim, para melhor compreensão, podemos observar por um panorama geral, que entre os 251 municípios, 18% destes, deixaram para escrever o documento em 2024.

5. OS ENCONTROS TERRITORIAIS BAIANOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino da Educação Básica que, de acordo com a legislação brasileira, garante os sujeitos das áreas rurais o direito de estudar nas suas comunidades, com um currículo escolar que respeite a diversidade local e regional, a cultura, os valores, a identidade, os seus meios de produção da existência. A identidade campesina na Bahia como mencionado anteriormente contém todos as populações do campo destacadas no Decreto 7.352/2010:

“1 - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”.

Sendo assim, as políticas educacionais determinam que a escola deve trabalhar com um currículo que respeite a identidade e o trabalho desses sujeitos, e que os gestores públicos devem garantir o seu financiamento, as condições estruturais e de formação de educadores - professores para dar conta dessa realidade seja, presencial ou online atendendo as demandas dos respectivos Territórios de Identidade Baianos.

5.1 O 5º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo - Presencial

Para dialogar sobre essas questões que envolvem a diversidade e singularidade do campo, foi proposto a realização do 5º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo, que aconteceu na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), no período de 10 a 12 de maio de 2023. O referido evento foi uma realização do Programa Formacampo/UESB, juntamente com o Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEd/UESC, em parceria com a UNDIME, UCME, UFRB, UNEB e os sistemas e redes municipais de ensino.



Conforme aponta a programação, no evento abordou temáticas importantes como: “Educação do Campo, agroecologia e soberania alimentar” tendo como Conferencista Ademar Bogo (DFCH/UESC) – “O Campo, as Políticas Públicas para a Educação e a conjuntura atual no Brasil e na Bahia”; Profa. Dra. Arlete Ramos dos Santos (UESB), Profa., Dra. Andreia Ferreira da Silva (UFCG), Profa. Me. Gilvânia da Conceição Nascimento (UESC/UNCME) - “Financiamento da Educação e Infâncias do Campo”; Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos (UFCG) – “Os desafios da Educação do Campo: Classes multisseriadas, fechamento de escolas e a Educação Infantil do Campo” Dra. Emília Peixoto Vieira (PPGE/UESC) e Dra. Terciana Vidal Moura (UFRB).

Para além dessas temáticas foram apresentados Relatos de Experiências e Círculos de Diálogos com as redes de ensino sobre o Programa Formacampo sob a coordenação da Equipe Formacampo e PPGE/UESC, sobre: Infâncias, crianças e educação infantil do campo, Diversidade e Educação do Campo; Orientações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Portanto, essas temáticas aponta um caminho entre escolas, comunidade e movimentos sociais, Classes Multisseriadas, Financiamento para a educação do campo e Projeto Político Pedagógico para escolas do campo.

Por fim, as Diretrizes Municipais e Resoluções de Educação do Campo coordenado pela profa. Me. Vilma Áurea Rodrigues (UESB/Gepemdecc/UniFG/PMSL), Dra. Jussara Tânia Moreira (DCIE/UESC) e pelo Prof. Me. Antony Eça (UESB/Difort/Gepemdecc) e convidada - Prof. Me. Gilvânia Nascimento (UNCME/UESC).

5.1.1 Círculo de Diálogos sobre Diretrizes/Resoluções Municipais da Educação do Campo

O círculo de diálogo sobre as Diretrizes e Resoluções Municipais da Educação do Campo, aconteceu como extensão do 5º Encontro Territorial de Educadores do Campo do Estado da Bahia, que ocorreu no dia 12 de maio de 2023, no Auditório Paulo Souto da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, situada no Município de Ilhéus-Bahia. O referido evento foi organizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em parceria com: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) junto as Redes Municipais de Ensino, realizado pelo Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e

Cidade (Gepemdecc), como atividade de extensão do Programa Formação de Educadores do Campo – Formacampo, conforme imagem a seguir:

Imagem 8: Círculo de Diálogos e Relato de Experiências - UESB



Fonte: Acervo do site do Programa Formacampo/2023

Nesse evento, cerca de 200 pessoas/educadores se inscreveram para o Círculo de Diálogos, onde na oportunidade tivemos uma mesa de debates e discussões tendo como mediadores, o Coordenador Territorial do Programa Formacampo, Prof. Antoniclebio Cavalcante Eça representado pelo Grupo de Pesquisas Difort/UESB; a Coordenadora Territorial do Programa Formacampo, Profa. Vilma Aurea Rodrigues, representante do Grupo de Estudos e Pesquisas Gepemdecc/UESB e a presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, Gilvânia Nascimento (DCIE/UESC), conforme apresentada na imagem a seguir:

Imagem 9: Círculo de Diálogos e Relato de Experiências - UESB



Fonte: Acervo do site do Programa Formacampo/2023

A princípio, foi pontuado pelos cursistas inscritos a necessidade e a importância da construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo para a sociedade civil organizada, e, principalmente, para o povo camponês, que dentre outras conquistas, terá o direito a uma educação pensada com eles. Nesta esteira, refletiu-se sobre o pensamento de Marx e Engels (1869), que afirmou que se “Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual” (Marx, 1869, apud Marx E Engels, 2004, p. 107).

Portanto, diante dos fatores condicionantes e determinantes podemos concluir que o Círculo de Diálogo sobre as Diretrizes e Resoluções Municipais da Educação do Campo, que ocorreu como atividade de extensão, assim denominado de 5º Encontro Territorial de Educadores do Campo do Estado da Bahia, realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, situada no Município de Ilhéus-Bahia, atingiu seu principal objetivo a que fora proposto, ou seja, realizar estudos sobre as políticas educacionais para a Educação do Campo, possibilitando de maneira geral a socialização de vivências e experiências,

fortalecendo o movimento de luta e defesa de uma educação como direito constitucional, público e de qualidade social para todos.

5.2 O 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo – On-line

O Programa Formação de Educadores e Educadoras do Campo – Formacampo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE/UESB), em parceria com a UESC, UFRB, UNEB, UNDIME, UNCME, junto aos sistemas e redes municipais de ensino, promoveu nos dias 12 e 13 de dezembro, o 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo, que aconteceu de forma on-line, por meio do Canal Gepemdecc/ Youtube. O objetivo central do evento foi em discutir políticas educacionais para a Educação do Campo e propiciar a socialização das experiências dos profissionais que atuam nas escolas do campo na Bahia, conforme imagens do Card abaixo:

VI ENCONTRO TERRITORIAL BAIANO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

12 E 13 DE DEZEMBRO

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO FORMACAMPO 2023

O Programa de Formação de Educadores e educadoras do Campo - Formacampo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) do Programa de Pós - Graduação em Educação (PPGE/UESB), em parceria com a UESC, UFRB, UNEB, UNDIME, UNCME e redes municipais de educação vão promover nos dias 12 e 13 de dezembro, o 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo, que acontecerá de forma on-line, por meio do Canal do Gepemdecc no Youtube.

O objetivo do evento é discutir políticas educacionais para a Educação do Campo e propiciar a socialização das experiências dos profissionais que atuam nas escolas do campo na Bahia. A Educação do Campo é uma pauta muito importante a ser discutida, principalmente quando se pensa na formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas campesinas.

Este evento traz como possibilidade construir novas perspectivas para que se pense em uma Educação do Campo que garanta o direito de estudar no seu espaço e repense o currículo, a fim de contemplar e respeitar a identidade dos povos do campo. Comprendemos que a educação campesina

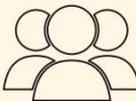
A EDUCAÇÃO DO CAMPO Transforma!

LIVE

Canal do Gepemdecc youtube

GEPENDECC - UESB
Canal criado para socializar conteúdos do Grupo de Estudos e...
youtube.com

QUEM PODE PARTICIPAR?



Cursistas do Programa Formacampo
Docentes da Educação Básica
Profissionais da Educação
Pesquisadores e pesquisadoras
Conselheiros municipais
Militantes de movimentos sociais
Estudantes da graduação e pós-graduação

FAÇA SUA INSCRIÇÃO!

INSCREVA-SE PELO QR CODE



INFORMAÇÕES!
@formacampo

PROGRAMAÇÃO

6º ENCONTRO TERRITORIAL BAIANO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

♦ DIA 12/12/2023 (MANHÃ)

8h30 - Mística
Mesa de abertura:

- Instituições parceiras: UESB, UESC, UNEB, UFRB, Undime, Uneme
- Representante dos coordenadores municipais - Elaine Moraes (Sec. Laje)
- Representantes dos coordenadores territoriais - Antoniel Peixoto (Sf. Antônio de Jesus)
- Representante dos professores - Tatiane Rodrigues Oliveira (Mundo Novo)
- Representante dos estudantes - Ayla Bernadeth dos Santos Vaz (Bom Jesus da Lapa)
- Representante de Conselhos Municipais de Educação - Nelma Costa (CME- Gongogi)
- Representante dos secretários de educação - Profa. Vanusa Ruas (Sec. Belo Campo)
- Representantes dos movimentos sociais - Sônia Paula dos Santos Carvalho (MST)

10h30 - Conferência de abertura
Tema: Desafios e proposições para a Formação do Educador e da Educadora do Campo no Brasil
Conferencista: Profa. Dra. Celi Taffarel (UFBA)
Mediadora: Dra. Arlete Ramos dos Santos

♦ DIA 12/12/2023 (TARDE)

14h00 - Mesa Redonda
Tema: Balanço anual do Formacampo 2023

Grupo 1: Diretrizes municipais de Educação do Campo - Antoniclebio Eça (Difort/Gepemdec)

Grupo 2: Projeto Político Pedagógico - Raquel Barbosa (UNEB)

Grupo 3: Frentes de trabalhos 2023 - Valéria Souza Lima Brito (Formacampo)
Mediador: Edjaldo Vieira dos Santos (Gepemdec/Formacampo)

DIA 12/12/2023 (NOITE)

19h - Mesa Redonda
Tema: A importância dos Movimentos Sociais para a Educação do Campo!
Debateadores: Prof. Dr. Emerson Lucena (UESC) e Edna de Souza Moreira (UNEB)
Mediadora: Me. Vilma Áurea Rodrigues e Me. Queziane Martins da Cruz

♦ DIA 13/12/2023 (MANHÃ E TARDE)

08h30 às 12h30 - RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA FORMACAMPO
Mediadora: Profa. Terciana Vidal Moura (UFRB)

14h00 às 16h00 - RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA FORMACAMPO
Mediadora: Profa. Júlia Maria da Silva Oliveira

16h30 - Lançamento do Livro do Formacampo
17h00 - Encerramento: Perspectivas para 2024
Coordenação: Dra Arlete Ramos dos Santos

EM CADA CANTO DA BAHIA O FORMACAMPO SEMEIA O ESPERANÇAR!

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE – GEPENDEC
Coordenação: Arlete Ramos dos Santos

PARCERIAS NA FORMAÇÃO

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Coordenação: Jussara Tânia Moreira e Emerson Antonio Lucena

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Coordenação: Terciana Vidal Moura

Universidade de Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)
Coordenação: Edna de Souza Moreira

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNICME/BA)
Coordenação: Glivânia da Conceição Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB
Coordenação: Núbia Regina Moreira

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)
Presidente: Anderson Passos dos Santos
Equipe de coordenação Undime/Formacampo: Marcos Paiva Pereira e Magna Bastos

EQUIPE TÉCNICA

Emilly Karine Barbosa Mota - bolsista PROEX/UESB
Fernanda Eloisa H. de M. Alves - bolsista voluntária
Karoline Kellery Alves Barbosa - bolsista PROEX/UESB
Maiane Souza Freitas - bolsista PROEX/UESB
Marta Natiele Monteiro Santos - Bolsista PROEX/UESB
Ricardo Alexandre Castro – GEPENDEC/UESB
Thiago Souza Mares - bolsista PROEX/UESB

COORDENADORES TERRITORIAIS

Aline de Oliveira Andrade
Ana Karina Porto Viana
Antoniclebio Cavalcante Eça
Antoniell dos Santos Peixoto
Auzineide Rosa Silva Pessoa
Cláudia Batista da Silva,
Cleberson Alves Cardoso
Deise Bastos de Araújo
Edjaldo Vieira dos Santos
Elaine Moraes Santos
Elaine Nascimento dos Santos
Geam César dos Santos Nogueira
Geysa Naves Viana Matias
Higro Souza Silva
Inaiara Alves Rolim

Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues
Jamile de Souza Soares
Jaqueline Braga Moraes Cajaiba
Jaqueline de Souza Barreto Santos
Josenildo Ferreira Costa
Josleide Cristina DOLiveira Matias
Karina Cardoso Esteves
Letícia Andrade Silva
Lisângela Silva Lima
Lizandra Silva Lima
Maíza Dias Brandão Souza
Maísa Rose Serra de Almeida
Marilúcia de Jesus Santana Santos
Queziane Martins da Cruz
Raquel da Costa Barbosa
Regiane Dias Cardoso
Renato Nunes Duarte Dias
Ruth de Oliveira Sousa
Tadma Lays Dutra Gomes
Tihara Rodrigues Pereira
Valéria Souza Lima Brito
Vilma Áurea Rodrigues
Yara Oliveira Santos

Fonte: Disponível no site do Programa Formacampo/2023.

A modalidade de ensino da Educação do Campo é uma pauta muito importante a ser discutida nos Encontros com os Territórios de Identidade, principalmente quando se pensa na formação continuada dos profissionais que atuam nas escolas camponesas. Este evento traz como possibilidade construir novas perspectivas para que se pense em uma Educação do Campo que garanta o direito de estudar no seu espaço e repense o currículo, a fim de contemplar e respeitar a identidade dos povos do campo. Compreendemos que a educação camponesa se faz com os sujeitos e a partir deles à medida que respeite sua identidade e diversidade.

Imagem 10: Relato de Experiências do IV Encontro Territorial – Formacampo/UESB



Dia 12 - Manhã - 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo

GEP/MEDECC - UESB

2:14 mil inscritos

230

Compartilhar

Download

Clipes

Repetição das principais mensagens do...



Dia 12 - Tarde - 6º Encontro Territorial Baiano de Educação do Campo

GEP/MEDECC - UESB

2:19 mil inscritos

238

Compartilhar

Download

Clipes

Repetição das principais mensagens do...

Fonte: Disponível no Canal Gepamdecc/2023

O Relato de Experiência apresentando teve como objetivo refletir sobre a educação do/no campo como proposta de *práxis* engendrada também nas Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC, à luz do Programa Formação de Educadores e Educadoras do Campo – Formacampo que é uma ação extensão, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEd/UESB. Outro ponto importante a salientar que foi uma discussão com relação aos objetivos centrais da escrita do documento nos respectivos municípios, pois as apresentações demonstraram aos educadores cursistas a amplitude que significava a sua construção ou (re) elaboração para a educação ofertada aos sujeitos do e no campo em suas unidades escolares.

Nesse processo de experiências e vivências foi possível reconhecer os princípios e valores sociais e culturais, associadas aos procedimentais essenciais para fortalecimento da Educação do/no Campo e na Cidade, e para a preservação da sua identidade, da cultura, do meio ambiente, do respeito ao trabalho com a terra, fortalecendo também as relações com o outro. Além disso, o respeito e trabalho com a diversidade, as questões de gênero, o cultivo da arte, da agricultura familiar, das práticas agroecológicas, a preservação da memória e da história, sobretudo, do reconhecimento dos diferentes sujeitos que vivem e convivem no campo com solidariedade e coletivismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório Técnico produzido pelo Grupo 1, compreendida entre as equipes de diretrizes iniciais e diretrizes continuada teve como propósito demonstrar por meios de dados de estudos, experiências e vivências, a maneira como está configurado o processo de construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais de Educação do Campo – DMEC nos sistemas ou redes de ensino dos municípios baianos que fizeram a adesão ao Programa Formacampo em 2023. Trata-se de um trabalho de produção de grande importância e relevância para a consolidação da Educação do/no Campo nos espaços atendidos, o qual, mediante a apresentação dos dados e informações, demonstra-se que os objetivos estabelecidos previamente estão sendo alcançados diante de um número significativo dos sistemas e redes municipais de ensino.



Todavia, a equipe de coordenadores territoriais do Formacampo responsáveis pela referida ação extensionista está envidando esforços no sentido de orientar os sistemas e redes de ensino que estão em processo de elaboração das DMEC para o ano de 2023-2024.

Ao analisar os resultados obtidos e evidenciados nesse estudo, verificamos que a universidade pública cumpre uma função social importante e necessária, junto à sociedade civil, ao proporcionar diversas atividades extensionistas, tão significativas para a garantia da educação pública, gratuita, de qualidade, e promotora de inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de out. de 2022.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília - DF. 1996.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. In CONGRESSO NACIONAL. Legislação Republicana Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 14/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, 2012a.

BRASIL. **Decreto nº 7352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), 2010.

BRASIL. **Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001**. Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2022. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/index.php>

BRASIL. Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília 2020.



CARRIL, Lourdes de Fátima B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782017000200539&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 novembro de 2022.

EÇA, A. Cavalcante; SANTOS, A. Ramos. **O direito à Educação no Brasil e a Política de Formação de Educadores da Perspectiva do Programa Formacampo na Bahia**. Cap. Do Livro Avaliação educacional, currículo e formação de professores: experiências desde Brasil e Moçambique. / (Orgs.) Nunes, Gomundanhe e Freia. Vitória da Conquista – Ba: Edições UESB, 2023. 303p

EÇA, A. Cavalcante; COELHO, L. Andrade. Planejamento e construção do projeto político pedagógico: algumas considerações. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.
EÇA, A. Cavalcante; NUNES, C. Pinto. **Aspectos implícitos da Base Nacional Comum Curricular: algumas implicações no contexto atual**. *Journal of Research and Knowledge Spreading*. 2021. 2(1), e12326, 2021

EÇA, A. C. **Narrativas sobre o Trabalho do Gestor Escolar: Desafios e implicações para construção da autonomia**. 165 fs. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Educação – UESB: Vitória da Conquista-Bahia, 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. 2003. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>>

SILVA, Luciene Rocha. **A Política Municipal de Educação do Campo em Vitória da Conquista – Bahia, no período de 2010 a 2017**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da Educação Básica – PPGE (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, Campus Ilhéus, 2017. 227 f





RELATÓRIO TÉCNICO • 2023

**DIRETRIZES MUNICIPAIS DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO
DMEC**